

13 – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE

Atuação Ministerial

O Ministério das Relações Exteriores, como órgão político-administrativo encarregado de auxiliar o Presidente da República na formulação da política exterior, assegurar sua execução e manter relações com Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais, tomou em 2002 diversas iniciativas e desenvolveu ações para a consecução dos objetivos nacionais no plano externo. Essas iniciativas e ações, a seguir resumidas, se inserem em programas do Plano Plurianual-PPA, cuja execução físico-financeira é acompanhada pelo Sistema de Planejamento e Informações Gerenciais do Plano Plurianual-SIGPLAN.

Política Internacional e Relações Diplomáticas

Américas

A região das Américas, e, sobretudo a América do Sul, constituiu prioridade central para a política exterior do Brasil e recebeu atenção condizente com essa posição singular em nossa agenda externa, de que foi fato histórico a Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília em setembro de 2000. Além do seu elevado significado intrínseco, o encontro deu início a um processo de planejamento global para a infra-estrutura física da região, baseado no interesse de cada país de inserir seus respectivos projetos nacionais em moldura integrada com seus vizinhos. A iniciativa tem avançado no sentido da definição e implementação dos eixos de desenvolvimento da América do Sul.

Na II Reunião de Presidentes da América do Sul (Guaiaquil, 26 e 27 de julho de 2002), nos marcos da formação de um espaço comum sul-americano, foi firmado o Consenso de Guaiaquil, que renovou o compromisso com a democracia e os direitos humanos. Adotou-se a Declaração sobre a Zona de Paz Sul-Americana. Consolidou-se a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA).

Prosseguiram as negociações no sentido do fortalecimento do Mercosul, a despeito das dificuldades internas dos países do bloco, em particular a Argentina, bem como de sua aproximação com o bloco andino. Avançaram, em 2002, conforme o seu cronograma, as negociações com vistas à formação de uma área de livre comércio das Américas (ALCA). No plano bilateral, 2002 foi marcado por uma série de visitas de alto nível, inclusive presidenciais.

Argentina

O Presidente Fernando Henrique participou em Buenos Aires das Reuniões de Cúpula do Mercosul (17 e 18 de fevereiro e 4 e 5 de julho). Também realizaram visitas a Buenos Aires: o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves (25 a 28 de julho), e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados, Deputado Aldo Rebelo. O Ministro das Relações Exteriores visitou Buenos Aires (10 e 11 de janeiro), assim como o Presidente do Banco Central (15 de janeiro) e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sérgio Amaral (21 de março). Foi assinado acordo por troca de notas que cria a Comissão Mista Bilateral Permanente Brasil-Argentina em Matéria Energética (5 de julho). O Presidente Eduardo Duhalde, por sua vez, realizou visita oficial ao Brasil (25 e 26 de setembro). Também visitaram Brasília: o Chanceler Carlos Ruckauf (8 e 9 de janeiro) e o Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Julio Luna (25 de março).

Uruguai

O Presidente Jorge Batlle realizou visita oficial ao Brasil nos dias 1º e 2 de abril para tratar da possível negociação de acordos bilaterais de livre comércio com terceiros países. O Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou visita de Estado ao Uruguai em 20 e 21 de agosto, ocasião em que vários acordos bilaterais foram assinados. Brasil e Uruguai estabeleceram uma Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, mecanismo que contempla ações de cooperação concretas em áreas tais como: saúde, educação, cooperação judicial e policial, e meio ambiente.

Paraguai

Em 22 de maio, visitou Brasília o Vice-Chanceler paraguaio, Manuel María Cáceres, por ocasião da Segunda Reunião de Vice-Chanceleres Brasil-Paraguai, no âmbito do Sistema de Consulta e Coordenação criado em 1998. Discutiu-se ampla gama de temas de interesse comum, de que merecem destaque as perspectivas de integração física e econômica e a situação de nacionais brasileiros residentes no Paraguai.

Chile

Entre 18 e 20 de março, o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou visita de Estado ao Chile. No plano econômico-comercial, destacou-se o compromisso de ampliação do Acordo de Complementação Econômica nº 35. Foram assinados ainda os seguintes instrumentos: (1) Acordo que modifica o Acordo bilateral de Seguridade Social, de 1993; (2) Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear; (3) Memorandum de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e a Comissão Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica do Chile sobre Cooperação Científica em Áreas Prioritárias; e (4) Memorandum de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Chilena do Espaço sobre Cooperação na Área Espacial. Nos dias 8 e 9 de agosto, a Chanceler chilena, María Soledad Alvear Valenzuela, realizou visita oficial ao Brasil, ocasião em que, juntamente com o Chanceler Celso Lafer, passou em revista a agenda bilateral e analisou a situação regional e assuntos de interesse mútuo na área multilateral.

Peru

Em sete de junho o então Chanceler Diego García-Sayán realizou visita oficial ao Brasil. Em comunicado de imprensa emitido na ocasião, os dois chanceleres destacaram, entre outros pontos, “o alto grau de convergência entre as posições dos dois países no plano internacional” e “reiteraram seu compromisso com o processo de integração da América do Sul”. Criou-se, em agosto de 2001, o Grupo Brasil - Peru de Cooperação Ambiental Fronteiriça, que realizou duas reuniões, a primeira em Brasília, em março de 2002, e a segunda em Lima, no mês seguinte. Como resultado das reuniões, acordou-se que os dois governos prosseguiriam e intensificariam as ações relacionadas à prevenção dos ilícitos ambientais na zona de fronteira. O Vice-Ministro das Relações Exteriores do Peru, Embaixador Manuel Rodríguez Cuadros, realizou visita de trabalho a Brasília a convite do Secretário-Geral das Relações Exteriores em 7 de novembro de 2002. Na ocasião, foram tratados assuntos de interesse bilateral (como o processo negociador Mercosul-Comunidade Andina, a integração física Brasil-Peru e assuntos fronteiriços) e temas da agenda internacional (entre outros, a formação da ALCA).

Bolívia

As relações bilaterais evoluíram dentro do marco estabelecido na visita de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Bolívia, em 2001. O Presidente do Supremo Tribunal Federal representou o Brasil na posse presidencial boliviana, em agosto de 2002. Foi criada a Comissão Mista Brasil - Bolívia sobre Energia, que realizou duas reuniões, em fevereiro e em abril de 2002, com vistas a criar condições para o fortalecimento do processo de integração entre os dois países naquele setor.

Equador

Realizou-se a II Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Equador, em maio de 2002, com a participação do Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Colômbia

Visita do Secretário-Geral do Itamaraty a Bogotá em janeiro de 2002, oportunidade em que manteve reuniões de trabalho com o então Chanceler Guillermo Fernández de Soto e a Vice-Ministra de Relações Exteriores Clemencia Forero. O Secretário-Geral entrevistou-se com os principais candidatos à Presidência da República, inclusive Álvaro Uribe. O Presidente colombiano Álvaro Uribe visitou Brasília em julho, na qualidade de Presidente eleito, ocasião em que foi recebido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O Presidente do

Supremo Tribunal Federal representou o Brasil na posse do Presidente Alvaro Uribe, em agosto de 2002. Em junho de 2002, foi criado o Comitê de Fronteira Brasil-Colômbia, cuja primeira reunião se realizou em 25 de outubro.

Venezuela

O Secretário-Geral das Relações Exteriores realizou visita a Caracas em março de 2002, por ocasião da IX Reunião do Mecanismo Político de Consulta Brasil-Venezuela, oportunidade em que foram examinados diferentes temas da agenda bilateral. O Secretário-Geral manteve reuniões de trabalho com o então Chanceler Luis Alfonso Dávila e o Vice-Ministro de Relações Arévalo Méndez. Reuniu-se também com figuras expressivas da vida pública venezuelana.

Guiana

O Secretário-Geral das Relações Exteriores realizou visita de trabalho a Georgetown em abril de 2002, oportunidade em que se reuniu com o Chanceler Samuel Rudolph Insanally e a Vice-Ministra Elisabeth Harper. Foram assinados em Georgetown diferentes Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica. O Chanceler Samuel Rudolph Insanally visitou Brasília em outubro de 2002, ocasião em que se estabeleceu Mecanismo de Consultas Políticas entre os dois países.

Suriname

Visita de trabalho do Secretário-Geral das Relações Exteriores a Paramaribo em abril de 2002, ocasião em que se reuniu com a Chanceler Maria Elisabeth Levens. O Secretário-Geral fez doação ao Governo do Suriname, na ocasião, de medicamentos básicos para atendimento a cerca de três mil pessoas durante, aproximadamente, três meses. Assinou-se em Paramaribo projeto tripartite para a “Redução dos Impactos Negativos da Mineração Artesanal de Ouro no Suriname”, envolvendo os Governos do Brasil e do Suriname e a Organização Pan-Americana de Saúde.

Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul

Realizou-se em Guayaquil, Equador, em 26 e 27 de julho de 2002, a Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul. O Brasil empenhou-se no sentido de obter todo êxito na cúpula de Guayaquil e que a mesma desse prosseguimento aos planos iniciados na primeira cúpula sul-americana, realizada em Brasília no ano 2000. Conforme pretendido, foi reforçada a idéia da formação de um espaço sul-americano, com efetivo aprofundamento da Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que recebeu novos impulsos políticos e financeiros

Tratado de Cooperação Amazônica

Com a entrada em vigor, em agosto de 2002, do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica que cria a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), iniciaram-se providências de ordem administrativa para a instalação da Secretaria Permanente da OTCA, havendo o Governo brasileiro posto à disposição da OTCA, no Ministério das Relações Exteriores, área que abrigará, ainda que em caráter transitório, as instalações da futura Secretaria Permanente. Com a finalidade de colher subsídios para o programa de trabalho da OTCA, foi realizado um “Debate Nacional” sobre o TCA no MRE, em 28/2 e 1/3/02, que contou com ampla participação de órgãos governamentais, representantes dos governos de Estados da Amazônia brasileira, políticos, acadêmicos e de todos os grupos da sociedade civil interessados em temas amazônicos. Com o mesmo propósito, realizou-se um seminário internacional em Manaus, de 13 a 15 de agosto, do qual participaram também representantes e personalidades dos Estados Partes do Tratado. Ocorreu, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 20 e 21 de novembro, a Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, que se encarregou de examinar projetos de cooperação entre os países da Amazônia e preparou a VII Reunião Ministerial do Tratado de Cooperação Amazônica. Nessa ocasião, foi eleito o Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e aprovaram-se documentos e acordos que permitirão a instalação definitiva da Organização em Brasília. Os Chanceleres dos países membros do Tratado decidiram, em 6/12/02, em reunião extraordinária, em Brasília, designar o diplomata boliviano Sergio Sánchez para ocupar interinamente o cargo de Secretário-Geral da OTCA,

pelo prazo de até um ano. Seu mandato é firmar o acordo de sede e tomar as medidas necessárias à instalação da organização. O acordo de sede foi firmado no Palácio do Planalto, em 13/12/02, pelo Chanceler brasileiro e pelo Secretário-Geral interino, na presença do Presidente da República e dos Embaixadores dos países membros da organização.

Fronteiras

Em 2002, foram realizadas Reuniões de Comissão Mista de Limites e trabalhos de campo nas fronteiras com os seguintes países: Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Estados Unidos

A intensa atividade diplomática do ano anterior, cujo ponto alto foi a visita do Presidente da República a Washington, prosseguiu em 2002 com contatos de alto nível que refletem a importância e a amplitude da agenda bilateral: Ministro das Relações Exteriores (janeiro e setembro), da Educação (janeiro), do Desenvolvimento Agrário (março), da Ciência e Tecnologia (abril), dos Transportes e da Casa Civil (ambos em setembro); cinco Governadores, além do Comandante do Exército (julho), do Secretário-Geral das Relações Exteriores (outubro) e dos candidatos Ciro Gomes e Anthony Garotinho. Do lado americano, estiveram no Brasil, em março, o Representante dos EUA para Assuntos de Comércio (USTR), o Governador de Vermont e o Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, em julho, o Secretário de Estado, Assistente, para Assuntos do Hemisfério Ocidental, e, em agosto, o Secretário do Tesouro e o Diretor de Planejamento Político do Departamento de Estado (DOS).

México

O Ministro Celso Lafer participou da Cúpula de Monterrey (20 e 22 de março). O Presidente Vicente Fox, acompanhado do Chanceler Jorge Castañeda e do Secretário de Economia, Luiz Ernesto Derbez visitou o Brasil nos dias três e quatro de julho. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio realizou visita a Cidade do México, liderando missão empresarial (29 a 30 de agosto), como também o SEDH, Paulo Sérgio Pinheiro (16 a 22 de setembro). Realizou-se, na Cidade do México, entre 22 e 24 de setembro, a VI Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, com a presença do Subsecretário de Política Bilateral (SGAP).

Canadá

O Presidente da República reuniu-se com o Primeiro-Ministro do Canadá, Jean Chrétien, em 22 de fevereiro, em Estocolmo, à margem da Conferência sobre Governança Progressista. Do lado canadense, visitaram o Brasil o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, de 25 a 28 de fevereiro, e o Vice-Ministro-Adjunto para as Américas, Embaixador Marc Lortie, em 20 e 21 de maio. Do lado brasileiro, o Subsecretário-Geral de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior esteve em Ottawa no período de 10 a 12 de julho. O Ministro Celso Lafer manteve encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Bill Graham, à margem da XXXII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em Barbados, ocasião em que conversaram, de maneira breve, sobre os entendimentos em curso relativos ao contencioso Embraer-Bombardier, discutiram o plano de ação proposto pelo governo canadense para revigorar o relacionamento bilateral e comentaram a situação da Argentina.

América Central/Caribe

O Presidente do Senado Federal, Ramez Tebet, e o Senador Fernando Ribeiro representaram o Brasil na posse do Presidente da Nicarágua, Enrique Bolaños, em 10 de janeiro. O senador Arthur da Távola representou o Brasil na posse do Presidente de Honduras, Ricardo Maduro, em 27 de janeiro. O Ministro Pratini de Moraes representou o Brasil na posse do Presidente da Costa Rica, Abel Pacheco, em 8 de maio. O Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou visita oficial ao Panamá nos dias cinco e 6 de março. O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, esteve em El Salvador em 20 e 21 de agosto, e na Guatemala de 22 a 24 de agosto. O Chanceler da Guatemala, Gabriel Orellana, realizou visita oficial ao Brasil em 21 e 22 de outubro.

Cuba

O Chanceler Celso Lafer realizou visita oficial a Havana entre 22 e 24 de setembro, ocasião em que assinou Acordo de Cooperação Judicial e Acordo de Supressão de Vistos para Agentes Diplomáticos. O Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, visitou Havana de 30.09 a 01.10.2002.

Europa

A ação diplomática brasileira para os países da Europa gerou importantes resultados ao longo do ano de 2002, contribuindo de forma significativa para a inserção internacional do Brasil. Diversas iniciativas de ordem política, econômica e cultural foram implementadas tanto no nível das relações com cada país do continente - onde o Brasil encontra algumas de suas mais tradicionais e produtivas parcerias individuais - quanto no da interação com a União Européia. O relacionamento com a Europa possui caráter único, marcado por expressiva combinação de condicionantes, tais como os vínculos históricos e culturais, o dinamismo da interação comercial e financeira e a intensidade do diálogo político. Comprova essa afirmação em 2002 o anúncio do apoio da Rússia e da Alemanha ao ingresso do Brasil no Conselho de Segurança nas Nações Unidas na condição de membro permanente. No plano econômico, a Europa continua a ser o mais importante parceiro brasileiro, responsável por quase um terço do comércio exterior do Brasil e por estoque de investimentos superiores a cerca de 100 bilhões de dólares. Esse fluxo teve continuidade no ano de 2002, estimando-se em 50% a participação do capital europeu nos investimentos estrangeiros diretos no Brasil.

A Europa constitui uma das bases do equilíbrio que caracteriza a presença brasileira no mundo, e é interesse do país manter e reforçar essa relação, sobretudo em face de iniciativas como a integração hemisférica. A estratégia desenvolvida pelo Itamaraty ao longo de 2002 foi justamente a de buscar o estreitamento dos vínculos que unem o Brasil à Europa, visando a assegurar e, eventualmente, ampliar o peso do continente em todas as vertentes das relações exteriores do país.

No que se refere à Europa Ocidental, o Presidente da República visitou em janeiro a Suécia (III Reunião da Governança Progressista) e em abril a Espanha (recebimento do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Salamanca e a II Cúpula América Latina e Caribe-UE) e o Vaticano (para a canonização de Madre Paulina, a primeira santa brasileira). Em fevereiro, o Brasil recebeu o Chanceler Federal alemão Gerhard Schröder, Chefe de Governo de nosso principal parceiro comercial na Europa. Nessa oportunidade, os dois países adotaram Plano de Ação Conjunta, que, entre outras iniciativas, criou grupo especial para a promoção de investimentos alemães nos setores de infra-estrutura e energia no Brasil. Merecem destaque, ainda, a instalação da Comissão Brasil-França, responsável pela construção da Ponte Internacional sobre o Rio Oiapoque (abril) e a retomada dos trabalhos da Comissão Mista Brasil - União Européia, importante canal de concertação estritamente bilateral cuja oitava reunião teve lugar em Brasília no mês de maio. Em novembro, o Presidente da República realizou visita ao Reino Unido (entrega do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Oxford) e Portugal, onde, ao lado do Primeiro-Ministro Durão Barroso, presidiu a VI Cimeira Brasil-Portugal. Também são dignos de nota a instalação da Comissão Brasil-França responsável pela construção da Ponte Internacional sobre o Rio Oiapoque (abril) e a retomada dos trabalhos da Comissão Mista Brasil - União Européia, importante canal de concertação estritamente bilateral cuja oitava reunião teve lugar em Brasília no mês de maio.

Foram igualmente expressivos os desenvolvimentos obtidos nas relações do Brasil com os países da Europa Central e do Leste, e, de forma muito significativa, com a Federação da Rússia. Em janeiro, o Presidente da República realizou visita oficial a Moscou, culminando o processo de aproximação entre os Governos brasileiro e russo iniciado em 1997, que elevou o relacionamento bilateral a um patamar de inédita intensidade. Também significativas foram as visitas presidenciais a outros importantes parceiros na região: Ucrânia (janeiro), Polônia e Eslováquia (ambas em fevereiro). Em março, o Presidente polonês, Aleksander Kwasniewski, retribuiu a visita presidencial do mês anterior e, em abril, veio ao Brasil o Presidente da Armênia, Robert Kocharian —a primeira visita de alto nível na história de nossa relação com aquele país.

África e Oriente Próximo

As relações com a África – em particular com os países de língua portuguesa - prosseguiram agregando qualidade e densidade à política externa brasileira. Foram realizadas consultas internas para definir os parâmetros de projeto de sistematização da assistência humanitária ao exterior; foi organizado o Seminário CPLP: Oportunidades e Perspectivas para subsidiar os trabalhos da IV Conferência de Cúpula da CPLP, celebrada, em

Brasília, em 31 de julho e 1º de agosto de 2002; e preparado o Colóquio sobre as Relações Brasil-África, previsto para dezembro, com o objetivo de discutir temas das relações com a África no contexto da nova realidade africana. No âmbito das relações com a África, merecem menção:

- a visita, em fevereiro, do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, que examinou com o Presidente da República propostas para intensificar as relações bilaterais no período de paz e reconciliação nacional iniciado com o fim da guerra civil, bem como a participação brasileira no esforço de reconstrução do país;

- a visita do Chanceler da Tunísia, Habib Ben Yahia, a Brasília, em maio, quando foram examinadas oportunidades de entendimento nas áreas política, comercial, cultural e da cooperação técnica;

- a visita, em junho, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da União Africana e dos Senegaleses no Exterior, Cheikh Tidiane Gadio, a Brasília, para discutir meios de dinamizar as relações bilaterais e para preparar a projetada visita do Presidente Aboulaye Wade ao Brasil;

- a visita do Ministro da Economia da Líbia, Shukri Ghanin, a Brasília e São Paulo, em julho, à frente de importante missão econômico-comercial, dando prosseguimento ao processo de reaproximação entre aquele país e o Brasil;

- a celebração da IV Conferência de Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que contou com a presença de seis Chefes de Estado e dois Chefes de Governo. Durante a Conferência, formalizou-se a adesão do Timor Leste à Comunidade, e foi eleito o Embaixador João Augusto de Médicis para ocupar a Secretaria-Executiva da organização, por um período de dois anos. No âmbito da CPLP, foram realizadas, ao longo do ano, reuniões setoriais de nível ministerial e técnico, visando a identificar oportunidades de cooperação conjunta.

- a realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-África do Sul, em agosto, que identificou áreas prioritárias para o adensamento do diálogo e da cooperação bilaterais, tais como meio ambiente, comércio, ciência e tecnologia;

- a visita do Presidente do Gabão, Omar Bongo, em setembro, a Brasília, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, acompanhado de importante comitiva de sete Ministros de Estado, que mantiveram contatos com seus homólogos brasileiros.

Nas relações com os países da região, fortalecidas no período, devem ser ressaltados:

- a visita oficial do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, em maio, aos países árabes do Golfo – Arábia Saudita, Kuaite e Emirados Árabes Unidos - e ao Egito, Síria e Líbano em setembro/outubro. As iniciativas, de caráter político e diplomático, visaram a ampliar o diálogo com o mundo árabe;

- a visita, em março, do Diretor-Geral para as Américas da Chancelaria do Irã, Embaixador Medhdi Mohtashami, para realizar consultas políticas;

- a visita, em abril, a São Paulo, Santos e Brasília, de missão parlamentar do Irã;

- a visita do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, a Teerã, em setembro, para participar do I Seminário sobre Latinidade e a Herança Islâmica, promovido no quadro do "diálogo de civilizações" proposto pelo Presidente iraniano, Mohammad Khatami.

- a visita do Subsecretário-Geral de Política Bilateral, Embaixador Gilberto Saboia, a Teerã, em agosto/setembro, para a III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Irã;

- o II Seminário sobre Latinidade e Herança Islâmica, realizado no Rio de Janeiro e que contou com a participação do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, e do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi;

- as reuniões, à margem da LVII Sessão da Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, e o Chanceler de Israel, Shimon Peres, e o Secretário-Geral da Organização para a Libertação da Palestina, Farouk Khadoumi.

- comparecimento do Ministro de Estado à sessão conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara, em 20 de novembro de 2002, para expor ao Congresso Nacional a questão do Iraque;

- Assinatura com o Governo do Estado de Israel dos seguintes atos internacionais em 12 de dezembro de 2002, na cidade de Brasília: (i) Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto de Renda; e (ii) Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico

Ásia e Oceania

O relacionamento com importantes parceiros na região foi marcado por novas iniciativas na área comercial, científica e tecnológica.

República Popular da China

Em 2002, visitaram a China diversas altas autoridades brasileiras, como o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Embaixador Sérgio Amaral, à frente de importante missão comercial, e o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Houve importantes avanços em negociações nas áreas econômica e comercial, especialmente no que tange a acesso ao mercado agrícola chinês e realizou-se importante feira comercial brasileira em Xangai (“Expo Brasil”). Na área científico-tecnológica, os dois países deverão lançar, em agosto de 2003, o segundo satélite conjunto de sensoriamento remoto (China-Brazil Earth Resources Satellites), dando continuidade a esse modelar programa de cooperação Sul-Sul. No que tange ao relacionamento político bilateral, o Consulado em Xangai foi elevado à categoria de Consulado-Geral. Ressalte-se, ainda, a realização em Brasília da XI Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-China. E, em 8 de novembro, a visita do Vice-Ministro Zhang Guobao, com o objetivo de pedir o apoio brasileiro à indicação de Xangai para sediar a EXPO-2010 e comunicar que foi resolvido problema fiscal que impedia a concretização de “joint-venture” entre a Embraer e a AVIC-II, para construção de aviões em território chinês.

Índia

Do lado brasileiro, foram realizadas duas importantes visitas ministeriais à Índia em 2002: a do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC, Embaixador Sérgio Amaral, à frente de importante missão empresarial, em abril; e a do Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg. A visita do Sr. MDIC permitiu consolidar a Índia como mercado prioritário para os esforços de promoção comercial brasileira por meio da constituição do Conselho Comercial Indo-Brasileiro – CCIB. Em agosto, em Brasília, realizou-se a VI Reunião de Consultas Bilaterais sobre temas de Interesse Comum, durante a qual foi assinado acordo estabelecendo uma Comissão Mista bilateral.

Austrália

Realizou-se, em Camberra, em 16 de maio de 2002, a IV Reunião Brasil-Austrália de Consultas Políticas.

Nova Zelândia

Visitaram o Brasil importantes autoridades neozelandesas, dentre as quais merecem menção as do Embaixador Neil Walter, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia e a do Negociador-Chefe para Agricultura da Nova Zelândia, Senhor Derek Leask. Realizou-se, ainda, em Wellington, em maio, a I Reunião Brasil – Nova Zelândia de Consultas Políticas, estabelecido quando da visita da Primeira-Ministra Helen Clark ao Brasil, em novembro de 2001.

Japão

Destaca-se a visita oficial do Ministro de Estado, Celso Lafer, nos dias 22 a 27 de maio, àquele país. O Ministro Lafer manteve encontros com o Príncipe Herdeiro Naruhito, o Primeiro Ministro Junichiro Koizumi, a Chanceler Yoriko Kawaguchi, o Ministro da Agricultura, Floresta e Pesca, além de entrevistas com representantes da comunidade brasileira no Japão e com parlamentares e empresários japoneses. Acordou-se, durante a visita, a instituição de mecanismo de consultas bilaterais de alto nível e de foro governamental para acompanhar as reuniões anuais entre a CNI e sua contraparte japonesa, a Keidanren (cujo Presidente de Honra e Presidente da Nippon Steel, Takashi Imai, visitou o Brasil em julho passado). Ainda por ocasião da visita do Chanceler brasileiro, o Governo japonês anunciou a disposição de financiar programa de recuperação ambiental e sanitária da Baixada Santista. Registre-se também a Reunião de Consultas Políticas Brasil-Japão, celebrada entre o Diretor-Geral do DAO e o Diretor-Geral do Departamento para Assuntos da América Latina e do Caribe do Gaimusho, no dia 12 de novembro, em Brasília, ocasião em que se examinaram os principais temas da agenda bilateral.

Timor Leste

Com o Timor Leste, as relações bilaterais registraram desenvolvimentos importantes. Nas cerimônias de independência do país, em 20 de maio, o Ministro Lafer representou o Presidente da República, à frente de delegação integrada por membros dos três Poderes e da sociedade civil. No próprio dia 20 de maio estabeleceram-se relações diplomáticas entre o Brasil e o Timor Leste, criou-se a Embaixada brasileira em Díli e assinaram-se Acordos de Cooperação Técnica e de Educacional. Posteriormente, nos dias 29 e 30 de julho, às vésperas da IV Reunião de Chefes de Estado e de Governo da CPLP – em que o Timor Leste tornou-se membro pleno da Comunidade -, o Presidente Xanana Gusmão realizou visita oficial ao Brasil. O Presidente timorense foi condecorado pelo Governo brasileiro e manteve encontros, entre outros, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e os Ministros da Defesa, Educação, Cultura e Justiça.

Coréia do Sul

Quanto à Coréia do Sul, realizou-se em junho visita ao Brasil do Senhor Ki Ho-Lee, Enviado Especial do Presidente sul-coreano, o qual foi recebido em audiência pelo Presidente da República. Ademais, os Chanceleres brasileiro e sul-coreano mantiveram conversações à margem da 57^a. Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro, em Nova York. 2002 foi marcado igualmente por iniciativas tendentes a ampliar o comércio bilateral. Em 7 de novembro o ex-chanceler coreano e ex-embaixador no Brasil, Gong Ro Myong, realizou missão especial ao Brasil com vistas a reiterar pedido de apoio brasileiro para a candidatura da cidade de Yeosu para sede da Expo – 2010.

FOCALAL

Realização da IV Reunião de Altos Funcionários do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), em que o Diretor-Geral do DAO chefiou a Delegação brasileira (Bogotá, 26 a 28/11). A Reunião passou em revista as atividades do FOCALAL desde a I Reunião Ministerial do Foro, realizada em março de 2001, em Santiago, bem como dedicou-se a preparar a II Reunião Ministerial, a realizar-se em 2003, em princípio em Manila.

Temas Culturais e de divulgação

Com a nova reestruturação em curso, as atividades de divulgação do Brasil no exterior, até maio do corrente ano desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação Social, foram transferidas ao Departamento Cultural. No âmbito do Programa Avança Brasil, o Departamento Cultural e de Divulgação passou a ser o responsável pela gestão das duas ações (Veiculação de Matérias sobre o Brasil e Assistência Financeira a Institutos Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros) que compõem o Programa “Divulgação do Brasil no Exterior”.

Na condução das atividades de divulgação de informações sobre o Brasil, privilegiam-se os seguintes aspectos, em suas vertentes pró-ativa e reativa; a) a democracia brasileira (dinamismo e complexidade, parcerias com a sociedade civil); b) a diversidade e riqueza cultural do Brasil; c) a variedade climática e beleza das

paisagens (o País como destino turístico); d) o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável do País; e) a salvaguarda dos direitos humanos e o combate às desigualdades sociais; f) a força da economia brasileira (o Plano Real, o Programa Avança Brasil, a estabilidade econômico-financeira e o potencial exportador do País). Em 2002, à luz dos recursos disponíveis, destacaram-se as seguintes iniciativas:

Assistência Financeira a Instituições Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros:

a) início do processo de reestruturação da rede de ensino no exterior; b) autorização para arrecadação de matrículas por parte dos Centros de Estudos Brasileiros (publicação de Portaria regulamentadora); c) criação do modelo de Convênio Bianual para todos os Institutos; d) reciclagem de Leitores na França, Inglaterra e Itália, (mediante a realização de cursos de português ministrados por professores da USP); e) promoção de curso de capacitação docente para os professores dos Centros de Estudos Brasileiros andinos; f) início de implementação do Sistema de Banco de Dados para a Rede de Ensino no exterior (DPDCNET); g) início de processo de substituição de todos os leitores com mais de quatro anos de atividade; e h) início de processo de unificação do método de ensino para toda a rede dos Centros de Estudos Brasileiros e, i) promoveu o Seminário “Várias Pátrias, uma Língua”, com o objetivo de traçar políticas de divulgação da Língua Portuguesa, com a presença de representantes de países membros da CPLP e do IILP. Tal rede é composta por 13 Centros de estudos Brasileiros, nove Institutos e 40 Lectorados.

Veiculação de Matérias sobre o Brasil

a) apreciação dos documentos de planejamento para a realização de atividades culturais brasileiras no exterior; b) organização e gerenciamento do banco de dados sobre produtos e projetos culturais; c) divulgação da cultura brasileira no exterior, por meio da realização de atividades culturais nas áreas de música, literatura, artes visuais, dança, cinema, artes cênicas, seminários e congressos; d) apoio a cerca de 740 artistas que representaram o Brasil em 239 eventos em 79 cidades no exterior; e) elaboração de cinco números da Coleção Temas Brasileiros, de livro infantil sobre a vida do Barão (escrito em prosa e verso e ilustrado em cores), de quatro documentários digitalizados, de manual de identidade visual com amplas definições, de seis vídeos de divulgação do Brasil no exterior; f) publicação de quatro números da revista Textos do Brasil; g) manutenção dos projetos Clube Brasil e do Programa Formadores de Opinião (PFO), do CD-Rom Brasil em Foco e do Site Oficial do Ministério das Relações Exteriores; h) criação do projeto Programa Diplomacia Pública; i) atualização da publicação virtual Brasil Atual; j) promoveu a *I Mostra de Cinema dos Países do Mercosul*, por ocasião da Cúpula dos Presidentes do Mercosul; e, k) realizou seminários de lançamento de diversas publicações, em parceria com o Instituto Rio Branco, e com a presença de representantes do governo e da sociedade civil.

Ademais das atividades culturais acima mencionadas, este Ministério procurou reduzir o impacto dos cortes orçamentários mediante a captação de recursos e o estabelecimento de parcerias com outros órgãos da esfera federal (Ministério da Cultura, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Esporte e Turismo, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério da Previdência Social, entre outros) e entidades privadas.

Vale ressaltar algumas ações que revelaram resultados positivos para a imagem do Brasil no exterior: a) maior presença do País na imprensa internacional; b) conscientização da população brasileira sobre a atuação do MRE; c) graduação de 19.000 alunos formados nos cursos de língua portuguesa ministrados pelos Centros de Estudos Brasileiros, Institutos de Ensino e Lectorados.

Mecanismos Políticos Multilaterais

A América Latina-Caribe e a União Européia - II Reunião de Cúpula ALC-UE

Realizou-se, em 17 de maio de 2002, em Madri, com a presença do Presidente da República e do Chanceler Celso Lafer, a II Reunião de Cúpula América Latina e Caribe - União Européia, ocasião em que os altos mandatários das duas regiões renovaram o compromisso de aproximação birregional e adotaram algumas medidas concretas com esse propósito. Em Madri, foram aprovados três documentos básicos: 1) uma Declaração Política, denominada “Compromisso de Madri”; 2) um relatório de avaliação da Cúpula do Rio de Janeiro; e 3) um documento sobre “Valores e Posições Comuns”.

No campo do diálogo político, criou-se um mecanismo de consultas periódicas, que poderá ser acionado no âmbito das Nações Unidas e de suas principais conferências, bem como em outros foros internacionais.

III Reunião de Cúpula das Américas

Por ocasião da III Reunião de Cúpula, realizada em Quebec, nos dias 20 a 22 de abril de 2001, os 34 Chefes de Estado e de Governo das Américas, à exceção de Cuba, aprovaram a Declaração de Quebec e um Plano de Ação, que incorporou novos temas à agenda hemisférica e sugeriu iniciativas específicas nos campos político, econômico, social e tecnológico. No plano político, em 13 de abril de 2002, a Carta Democrática Interamericana, cuja criação foi endossada em Quebec, foi pela primeira vez invocada, em resposta à alteração da ordem constitucional da Venezuela. Em março de 2002, em Trinidad e Tobago, os Ministros da Justiça e Procuradores Gerais das Américas se reuniram para fortalecer a cooperação e aprimorar a eficiência dos mecanismos de combate ao terrorismo e ao crime organizado.

Em razão dos acontecimentos de 11 de setembro, foi fortalecido o Comitê Inter-Americano contra o Terrorismo (CICTE) da OEA e vêm-se dado passos para realizar, no México, em 2003, uma Conferência Especial sobre Segurança. No plano econômico, dando continuidade ao processo de negociação da ALCA, realizaram-se, respectivamente, em abril/ maio e agosto, as Reuniões Vice-Ministeriais da Venezuela-Panamá e São Domingos, ocasiões em que se definiram os métodos e modalidades das negociações para acesso a mercado. No plano social, em março de 2002, os Ministros da Saúde e do Meio Ambiente reuniram-se em Ottawa para avançar numa agenda comum e debater questões de interesse das duas áreas. No campo tecnológico, as autoridades canadenses anunciaram, em março de 2002, a criação do Instituto de Conectividade das Américas, iniciativa que deverá desenvolver a cooperação hemisférica e procurar reduzir o atual fosso tecnológico existente na região. É também digna de nota a realização, no México, em março de 2002, da II Reunião do Foro Interparlamentar das Américas, evento que estendeu o processo de Cúpulas das Américas ao Poder Legislativo, possibilitando aos Parlamentos debaterem temas como terrorismo, problemas fronteiriços, ALCA, migração e crime organizado.

Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política – Grupo do Rio

Realizou-se em São José da Costa Rica, em 15 de fevereiro de 2002, Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio, preparatória da XVI Cúpula do Grupo do Rio, realizada em 11 e 12 de abril também em São José. Embora o tema principal da Reunião de Chefes de Estado e de Governo tenha sido o “Fortalecimento familiar e luta contra a Pobreza”, refletido na Declaração de São José, o golpe de Estado na Venezuela no dia 11 de abril acabou por concentrar as atenções dos Presidentes. A Declaração Presidencial sobre a situação na Venezuela e o consenso entre os mandatários pelo repúdio à quebra da ordem institucional venezuelana permitiram a posterior invocação, pela Organização dos Estados Americanos, da Carta Democrática Interamericana.

Cúpula Ibero-americana

Realizaram-se em julho e em outubro de 2002, na República Dominicana, respectivamente a I e a II Reunião de Coordenadores Nacionais Ibero-americanos, preparatórias da XII Cúpula Ibero-americana, realizada em Bávaro, República Dominicana, nos dias 15 e 16 de novembro. Na ocasião, os Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos adotaram a Declaração de Bávaro, por meio da qual, entre outros elementos, propuseram ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso que, a título pessoal e uma vez concluído seu mandato, presidisse um grupo de reflexão sobre diferentes medidas e iniciativas que permitam à Comunidade ibero-americana tornar-se mais coesa e ter maior presença no cenário internacional

Organismos Internacionais

Nações Unidas

Membro fundador das Nações Unidas, o Brasil tem contribuído na busca de uma ordem internacional pacífica e democrática, sem prejuízo de outros temas de interesse global, como a questão do desenvolvimento. O fortalecimento da atuação multilateral do Brasil se deu em estreita coordenação com setores do Governo federal e entidades da sociedade civil. O Brasil abriu o debate geral na 57ª Assembléia Geral das Nações Unidas em setembro.

O Itamaraty realiza a coordenação com o Ministério da Defesa para a participação em operações de paz das Nações Unidas. Cerca de 80 brasileiros estão engajados nessas Missões, com destaque para o contingente em Timor-Leste (UNMIST), onde se encontram policiais do exército, observadores militares, membros do Estado-Maior da missão e observadores policiais. Participação em missões de paz na Guatemala (MINUGUA), em Chipre (UNFICYP), na antiga Iugoslávia (UNMOP) e em Angola (UNMA). Fora do âmbito da ONU, contribuição com peritos em remoção de minas na MARMINCA (Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua). Orienta a participação do Brasil nas reuniões internacionais envolvendo o tema das operações de paz e matérias afins (intervenção humanitária, forças multinacionais etc).

O Brasil manteve seu compromisso com a proteção aos refugiados, nos termos das convenções internacionais de que é parte, e se dedicou a implementar sua política nesse domínio por intermédio do Comitê Nacional para Refugiados (criado pela Lei 9.474 de 1997), órgão responsável pela concessão de refúgio no Brasil. O Itamaraty exerce a vice-presidência do Comitê. Em abril, deu-se início, em coordenação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, ao programa de reassentamento de refugiados, com a acolhida, em Porto Alegre, de 23 naturais afegãos.

Em junho, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional foi aprovado pelo Congresso Nacional (Decreto nº 112) e, em setembro, promulgado pelo Decreto nº 4.388. Em setembro, foi realizada a I Assembléia dos Estados-parte do Estatuto de Roma, ocasião em que foram examinadas questões do financiamento e instalação do Tribunal em Haia, bem como aspectos relativos à definição do crime de agressão. Foram definidos também os critérios para a eleição de 18 juízes do Tribunal, a ser realizada em fevereiro de 2003. O Brasil anunciou a candidatura de Sylvia Helena de Figueiredo Steiner, Juíza de Segunda Instância do Tribunal Federal de Recursos da 3ª Região (São Paulo), para ocupar uma das vagas de juiz do TPI, na eleição que deverá realizar-se na sessão reconvocada da I Assembléia dos Estados-Parte do TPI, em Nova York.

A questão do combate ao terrorismo continuou a ocupar lugar de destaque na agenda das Nações Unidas. Na abertura do Debate Geral da 57ª Assembléia Geral das Nações, em setembro, o Senhor Ministro de Estado ressaltou que soluções duradouras para o problema do terrorismo dependem da elaboração de arranjos cooperativos consistentes com o sistema multilateral da Organização. Na mesma ocasião, o Brasil reiterou a necessidade de que a mobilização internacional contra o terrorismo não relegue a plano secundário a questão do desenvolvimento social e econômico. Em junho, o Governo brasileiro encaminhou o segundo relatório nacional ao Comitê Antiterrorismo do Conselho de Segurança sobre as medidas que vem implementando internamente para prevenir práticas terroristas.

Em setembro, a publicação do relatório do Secretário-Geral Kofi Annan sobre a modernização das Nações Unidas demonstrou a atualidade do debate sobre a revitalização da Organização e, em particular, a prioridade da questão da reforma e ampliação do Conselho de Segurança. Outra incumbência do Itamaraty foi a de coordenar as tratativas sobre a candidatura do Brasil para ocupar assento não-permanente do Conselho de Segurança no biênio 2004-2005, nas eleições previstas para 2003.

O Brasil participou dos debates sobre o tema no Grupo de Trabalho sobre Terrorismo da VI Comissão da AGNU. Até o momento, foram adotados 12 instrumentos jurídicos sob a égide das Nações Unidas e da Agência Internacional de Energia Atômica para combater o terrorismo internacional. Todos os diplomas estão em vigor. Estão sendo adotadas as providências necessárias para vincular o Brasil aos referidos instrumentos internacionais. O Governo brasileiro ratificou nove acordos; três encontram-se em tramitação no Congresso Nacional. A DNU coordenou a elaboração de quatro relatórios nacionais em cumprimento à Resolução 56/88 da AGNU ("Eliminação do Terrorismo Internacional"), Resolução 1.373 (2001) do CSNU ("Ameaças terroristas à paz e segurança mundial") e Resolução 1.390 (2002) do CSNU ("Situação no Afeganistão"). Um 5º relatório, referente à Resolução 1.373 (2001) - perfazendo um total de três relatórios sobre essa matéria - será concluído em março de 2003.

Desarmamento e Tecnologias Sensíveis

Na esfera das negociações sobre desarmamento, não-proliferação e controle de tecnologias sensíveis, os esforços da diplomacia brasileira prosseguiram na defesa do princípio do multilateralismo como o melhor modo para encaminhar questões de segurança internacional. O Brasil seguiu buscando resultados concretos e realistas, por meio de acordos que sejam não-discriminatórios, verificáveis e irreversíveis, rumo à eliminação completa dos arsenais de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas), categoria de armamentos

a cujo desenvolvimento e posse o Governo brasileiro renunciou. O Brasil defende a tese de que os avanços sejam concomitantes na área de desarmamento e de não proliferação.

Tanto em posições individuais quanto em concerto com outros países com interesses convergentes (por exemplo, a Coalizão da Nova Agenda), o Governo brasileiro continuou participando de iniciativas que refletem o sentido de prioridade atribuído, *inter alia*, à pronta entrada em vigor do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT); à implementação das medidas contidas no Programa de Ação aprovado na VI Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), em maio de 2000, inclusive o “compromisso inequívoco” dos cinco países nuclearmente armados com a eliminação dos seus arsenais nucleares; à retomada das negociações no âmbito da Conferência do Desarmamento; ao fortalecimento e expansão das Zonas Livres de Armas Nucleares, visando a criar um Hemisfério Sul e Áreas Adjacentes Livres de Armas Nucleares (Resolução proposta pelo Brasil à Assembleia Geral das Nações Unidas foi aprovada pelo sétimo ano consecutivo com ampla maioria de apoios); à plena implementação da Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas (CPAQ); ao fortalecimento da Convenção sobre a Proibição das Armas Biológicas (CPAB); à aplicação universal da Convenção de Proibição de Minas Antipessoal (Convenção de Ottawa); e à implementação do Programa de Ação para combater o tráfico ilícito de armas pequenas, adotado na Conferência das Nações Unidas sobre o tema realizada em julho de 2001.

O resultado da coerente atuação brasileira pode ser mensurado pelo elevado grau de respeito e credibilidade que a nossa diplomacia tem tido no contexto das negociações sobre desarmamento e não-proliferação, tendo sido realizadas reuniões bilaterais de consultas sobre o tema do desarmamento e da segurança com os Estados Unidos e a União Européia.

Organização dos Estados Americanos

O XXXII Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos foi realizado em Bridgetown, Barbados, de 2 a 4 de junho. Esse período de sessões tratou de temas que cobrem diversos campos de atuação da Organização, como proteção dos direitos humanos, fortalecimento das instituições democráticas, segurança hemisférica, combate ao uso de drogas, terrorismo, meio ambiente e cooperação técnica. Na ocasião, foram aprovadas quatro declarações e sessenta e nove resoluções. Foi também assinada por trinta países a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, encomendada pela XXIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, realizada em Washington, a 21 de setembro de 2001. A Convenção foi idealizada no intuito de dotar o sistema interamericano de uma estrutura jurídica e institucional que oriente ações concertadas no combate ao terrorismo, respeitando-se o direito internacional e o direito interno dos Estados-membros.

Combate aos Ilícitos Internacionais

4ª Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Coordenação e Cooperação em matéria de Drogas entre a União Européia e a América Latina e Caribe. Madri, 07-08.03.2002. A Delegação brasileira participou ativamente dos debates, defendendo a posição de que o Mecanismo deve constituir foro de reflexão em que os países possam apresentar e colher idéias para aperfeiçoar os respectivos sistemas nacionais antidrogas, dando contornos mais precisos ao caráter político do conclave, sem prejuízo do desenvolvimento da cooperação financeira e da execução de projetos específicos.

45ª Sessão da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas. Viena, 11-15.03.2002. A Delegação brasileira participou ativamente dos trabalhos da Comissão, oportunidade em que destacou o lançamento, em dezembro de 2001, da Política Nacional Antidrogas, documento que atribui alta prioridade à prevenção do consumo de drogas ilícitas. A Comissão adotou Resolução, de iniciativa brasileira, que recomenda às Nações Unidas, em cooperação com todos os Governos, coordenar atividades de conscientização da opinião pública para o risco do abuso de drogas, em particular, para o vínculo entre a demanda de drogas ilícitas e o financiamento do crime organizado. A Resolução retomou proposta feita pelo Presidente da República na abertura da 56ª Assembleia-Geral da ONU, no sentido de conscientizar o usuário de drogas ilícitas de sua responsabilidade ao contribuir para o financiamento das organizações criminosas.

31º Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD/OEA). Washington, DC, EUA, 29.04-02.05.2002. Entre outros temas relevantes, a Comissão analisa e aprova os relatórios nacionais e hemisférico do progresso individual e coletivo dos esforços de todos os países membros no tratamento das diversas manifestações do problema das drogas. Esse processo único e objetivo

de avaliação governamental, denominado Mecanismo de Avaliação Multilateral, conta com a colaboração de peritos governamentais brasileiros.

7ª Reunião do Grupo de Trabalho Especializado sobre Terrorismo (GTE) no âmbito do foro de Ministros da Justiça e do Interior do MERCOSUL, Chile e Bolívia (Curitiba, 09-11.10.2002). O encontro promoveu o intercâmbio e análise de informação sobre terrorismo e deu continuidade às discussões sobre a implantação de operações policiais e de inteligência combinadas, bem como sobre o estabelecimento de um “Plano de Contingência Regional” no MERCOSUL, Bolívia e Chile.

5ª Comissão Mista Antidrogas Brasil-Colômbia. Bogotá, 17-18.10.2002. A reunião, realizada ao amparo dos Acordos para a prevenção do uso e tráfico ilícitos de drogas, de 1981, e para o combate ao desvio de precursores químicos, de 1997, contou com a participação de expressivas delegações técnicas de ambos os países. A reunião abordou de maneira abrangente e equilibrada a problemática das drogas e delitos conexos e representou contribuição substancial para o estreitamento da cooperação bilateral no campo do combate ao crime organizado e ao narcotráfico. As Delegações descreveram as atividades concretas que vêm desenvolvendo em suas áreas de competência, trocaram experiências valiosas e definiram ações pontuais a serem empreendidas no curto e médio prazo.

Operação “AERON GUI-SU”. Registre-se a importância dos resultados obtidos por missão técnica brasileira à Guiana e ao Suriname, em agosto de 2002, chefiada pelos respectivos Chefes de Posto, que abrem a perspectiva de uma atuação mais assertiva da Polícia Federal, com apoio do Itamaraty, no combate ao tráfico de drogas e de armas na fronteira norte e, de forma inédita, em zonas a ela adjacentes na chamada “Região do Tigre”, objeto de litígio territorial entre aqueles países. A operação policial conjunta, denominada AERON GUI-SU, implementada após o segundo turno das eleições no Brasil como extensão das operações realizadas em território brasileiro, revestiu-se de grande importância em vista da descoberta de pistas de pouso clandestinas na região, assim como da possibilidade, não confirmada, de transferência para o território contestado de laboratórios de refino de cocaína e de depósitos de armas e munições das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.

8ª Reunião do Grupo de Trabalho Especializado sobre Terrorismo (GTE), no âmbito da XII Reunião de Ministros do Interior e da Justiça do MERCOSUL, Chile e Bolívia (Salvador, 05 a 08-11-2002). Foram assinados pelos Ministros de Estado o Acordo de Cooperação sobre Operações Combinadas de Inteligência Policial, bem como o Acordo sobre Combate a Atividades Ilícitas derivadas do Tráfego Ilegal de Aeronaves e o Acordo sobre Combate à Corrupção nas Zonas de Fronteira, entre outros.

32º Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD/OEA). Cidade do México, 02-05.12.2002 – Houve exame e adoção dos projetos de informes nacionais referentes à segunda rodada do Mecanismo de Avaliação Multilateral (2001-2002), assim como do Relatório Hemisférico. O Brasil foi eleito Presidente de dois dos seis Grupos de Peritos da CICAD (produtos farmacêuticos e substâncias químicas).

6ª Reunião Plenária de Representantes do Grupo de Ação Financeira da América do Sul (GAFISUD). Montevideu, 11-12.12.2002 – Destaque para a avaliação favorável do Brasil quanto aos avanços dos aspectos normativos e de aplicação de seu sistema antilavagem de dinheiro.

Reuniões no formato 3+1 entre Delegações do Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos, e encontro do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira com membros das quatro delegações. Buenos Aires e Puerto Iguazú, 17-18.12.2002 – Discutiu-se a problemática da região no campo dos ilícitos transnacionais, inclusive o tema do terrorismo e de seu financiamento. Houve consenso quanto à inexistência de indícios sobre atividades terroristas na região da Tríplice Fronteira.

Direitos Humanos e Temas Sociais

Sessão Especial da Assembléia Geral sobre Crianças - Nova York, de 8 a 10 de maio de 2002

A participação brasileira teve início ainda em 2000. Internamente, mobilizaram-se diferentes setores do Governo e da sociedade civil para a elaboração do relatório nacional sobre o cumprimento das metas emanadas da Cúpula Mundial para as Crianças de 1990. O Brasil participou da Sessão Especial com delegação chefiada pelo Ministro da Educação. Ao cabo de exaustivas negociações, a Assembléia Geral adotou, por consenso e sem reservas, a Declaração e o Plano de Ação que conformam o documento “Um Mundo Feito para as Crianças”.

Comissão de Direitos Humanos

O Brasil é um dos 53 Membros da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Na 58ª Sessão (Genebra, março/abril de 2002), a Delegação brasileira articulou os seguintes projetos de resolução: “A Incompatibilidade entre Democracia e Racismo”; “Acesso a Medicamentos no Contexto de Pandemias como HIV/AIDS”; e “Direito de Todos ao Gozo do Mais Alto Padrão de Saúde Física e Mental”, que criou uma Relatoria Especial sobre o Direito à Saúde. As resoluções foram adotadas por consenso pela Comissão.

Maior inserção na arquitetura internacional e regional de proteção aos direitos humanos

Na área do combate ao racismo, o Brasil reconheceu, com a aprovação do Congresso Nacional (Decreto Legislativo de 26/04/2002), a competência do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de racismo e/ou discriminação racial ocorridas no Brasil. O Poder Executivo encaminhou Mensagem ao Congresso Nacional solicitando autorização para reconhecer a competência do Comitê Contra a Tortura (Artigo 22 da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes) para receber e analisar denúncias de violações dos direitos cobertos na Convenção. O Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais em Estados independentes. A Convenção 169 tem como objetivos principais o respeito às culturas, às formas de vida e instituições tradicionais dos povos indígenas e tribais.

Negociação de novos instrumentos internacionais

Em 2002, o Brasil continuou a participar, com ampla consulta à sociedade civil, ao Ministério Público e órgãos do governo envolvidos no assunto das negociações de novos instrumentos internacionais que aperfeiçoem a promoção e proteção dos direitos humanos:

Instrumentos assinados pelo Brasil

Protocolos Facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança: o que trata do envolvimento de crianças em conflitos armados e o que trata da prostituição, venda de crianças e pornografia infantil, ambos foram assinados pelo Brasil e encontram-se no Congresso Nacional, em processo de ratificação.

Candidaturas em 2002

Em 2002, o Brasil foi reeleito para mandato de três anos na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Nas candidaturas a título pessoal, o Embaixador José Augusto Lindgren Alves foi eleito para o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), e o Professor Paulo Sérgio Pinheiro, Secretário de Estado dos Direitos Humanos, reeleito para a Subcomissão para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, o Sr. Roberto Martins para o GT sobre Afrodescendentes e o Sr. Jacques Marcovitch para o Conselho do Instituto de Estudos Laborais da OIT.

55ª Sessão da Assembléia Mundial da Saúde (AMS), 13 a 25 de maio, Genebra

AMS é o foro mundial sobre temas relacionados à saúde. A participação de liderança do Brasil nesse foro decorre dos avanços na área da saúde no Brasil, de que são exemplos as atividades para o controle do tabaco, da política de medicamentos e do combate ao HIV/AIDS. Além desse temas, o Brasil contestou, na 54ª Sessão da MAS, a metodologia utilizada pela OMS na elaboração do “Relatório sobre Saúde no Mundo”, bem como a utilização de dados defasados.

Apoio à candidatura de Moçambique à Direção-Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS)

Brasil decidiu apoiar a candidatura do Primeiro-Ministro de Moçambique, Doutor Pascoal Manuel Macumbi, ao cargo de Diretor-Geral da OMS, nas eleições que se realizarão no âmbito do Conselho-Executivo da Organização, em janeiro de 2003, em Genebra. O Governo brasileiro instruiu as Embaixadas e Delegações a

realizarem gestões de apoio à candidatura, e decidiu enviar Missão a Maputo, chefiada pelo Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, para auxiliar o Doutor Macumbi na elaboração de programa de trabalho que, caso eleito, deverá implementar frente à Organização

“Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois (CMA+5)”, 10 a 13 de junho, Roma

Cúpula Mundial da Alimentação, que se realizou em 1996, em Roma, produziu dois documentos: a) Declaração Política com vistas a envidar esforços para diminuir, até 2015, o número de pessoas que passam fome no mundo; b) Plano de Ação para por em prática aquela Declaração. Por ocasião da CMA+5 passou-se em revista a implementação das atividades previstas no Plano de Ação. No Brasil, foi criado Comitê de Acompanhamento da Implementação do Plano de Ação de Cúpula Mundial da Alimentação, que é presidido pelo Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar e auxiliou na elaboração do relatório nacional. Chefiou a Delegação brasileira à CMA+5 o Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

90ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), 3 a 20 de junho, Genebra

CIT é o foro mundial sobre temas relacionados à questão trabalhista. Como em todas as reuniões da OIT, a participação é tripartite: representantes de governo, dos trabalhadores e dos empregadores. O Itamaraty empenhou-se na ratificação das Convenções básicas da OIT e no esforço para o fim do trabalho escravo e do trabalho infantil.

Direitos da Mulher

No âmbito da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o primeiro relatório brasileiro, de responsabilidade de consórcio de entidades governamentais e não-governamentais, foi concluído em junho de 2002, e deverá ser defendido em meados deste ano.

Voluntariado

O Brasil foi instado pela UN Volunteers a patrocinar resolução intitulada “Recommendations on Support for Volunteering” (Recomendações sobre Apoio ao Voluntariado), apresentada na sessão plenária de 5 de dezembro último, ocasião em que se fez um balanço do Ano Internacional do Voluntário, no contexto da LVII AGNU.

Meio Ambiente e Temas Especiais

O Brasil participou de diversas reuniões internacionais relativas aos seguintes instrumentos multilaterais: Convenção de Viena sobre Proteção da Camada de Ozônio; Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio; Convenção da Basiléia sobre Armazenamento e Transporte de Resíduos Perigosos; Convenção de Ramsar sobre Áreas Úmidas de Importância Internacional; Convenção Internacional sobre Comércio de Espécies Ameaçadas/CITES; Foro de Florestas das Nações Unidas; Convenção sobre Diversidade Biológica e Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança; Convenção das Nações Unidas sobre Desertificação; Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura; Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil/PPG7; Comissão sobre Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura, da FAO; Convenção Interamericana para a Preservação e Conservação das Tartarugas Marinhas; Convenção de Bonn sobre a Conservação de Espécies Migratórias e finalmente, Comissão sobre Meio Ambiente da Amazônia/CEMAA, foro de âmbito regional ligado ao Tratado de Cooperação Amazônica – TCA. O Itamaraty, por meio de sua Divisão do Meio Ambiente, também se ocupa de temas relacionados com recursos hídricos e representa o Brasil nas reuniões dos Países Megabiodiversos Afins (composto dos 15 países que detêm 80% da biodiversidade do planeta).

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

O principal acontecimento da agenda do desenvolvimento sustentável em 2002 foi a realização, no período de 26 de agosto a 4 de setembro, em Joanesburgo, da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. O processo preparatório para a Conferência incluiu, no plano interno, as reuniões da Comissão Interministerial para a Preparação da Participação do Brasil na Cúpula, sob a presidência do Itamaraty e com a participação de órgãos governamentais e representantes dos diversos setores da sociedade civil, e, no plano internacional, as reuniões do Comitê Preparatório das Nações Unidas para a Cúpula de Joanesburgo. Além disso, foi realizado, entre os dias 23 e 25 de junho, no Rio de Janeiro, conjunto de eventos destinados a marcar politicamente a transferência simbólica da sede da Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável daquela cidade para Joanesburgo, com a presença do Senhor Presidente da República, do Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, e do Primeiro-Ministro da Suécia, Göran Persson, além de personalidades nacionais e estrangeiras na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

A Cúpula de Joanesburgo produziu dois documentos principais: o Plano de Implementação da Agenda 21 e a Declaração Política. O encontro logrou resultados que não só preservam as conquistas da Conferência do Rio, realizada em 1992, mas também trazem avanços importantes para vários pontos da agenda, como erradicação da pobreza, saneamento, produtos químicos, biodiversidade e energia. Outros resultados importantes para o Brasil foram a negociação de uma Declaração dos Países Amazônicos para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, juntamente com os parceiros do Tratado de Cooperação Amazônica, e de uma Iniciativa Latino-Americana e Caribenha sobre Desenvolvimento Sustentável, que foi incluída no Plano de Implementação da Agenda 21.

Segurança Química - Convenção de Roterdã sobre Consentimento Prévio Informado (PIC) e Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)

As Convenções de Roterdã e Estocolmo estão em fase de tramitação para aprovação pelo Congresso Nacional, com vistas a sua posterior ratificação. No período entre a assinatura e a entrada em vigor daqueles instrumentos, que exige um número ainda não atingido de ratificações, o Comitê Intergovernamental Negociador (INC) de cada convenção dá prosseguimento aos seus trabalhos, com o objetivo de supervisionar e preparar a implementação de seus dispositivos no período provisório. Nesse sentido, realizou-se, em junho de 2002, em Genebra, a VI Sessão do INC da Convenção de Estocolmo, e em outubro de 2002, em Bonn, a IX Sessão do INC da Convenção de Roterdã.

Ainda em outubro, foi realizado, em Santiago, seminário regional sobre as Convenções de Estocolmo, Roterdã e Basileia (sobre resíduos); durante o encontro, houve apresentação de experiências nacionais no controle e banimento de pesticidas. Atualmente, encontra-se em finalização o processo de escolha da agência implementadora para o Plano Nacional de Implementação previsto pela Convenção de Estocolmo.

No plano interno, vale destacar a participação da DPAD na Comissão Coordenadora do Plano de Ação de Segurança Química (COPASQ) e nos grupos de trabalho para POPs e PIC, que discutem políticas e medidas de implementação interna das Convenções de Roterdã e Estocolmo.

GEF

O Itamaraty participou, juntamente com representantes do MCT e do MMA, de reuniões do Conselho do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), em maio e outubro. Participou ainda da Segunda Assembléia do GEF, em Pequim, evento quadrienal realizado igualmente em outubro, em que foi emendado o documento constituinte do GEF, com vistas à inclusão de duas novas áreas focais: Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e Degradação do Solo. Representante da DPAD participou também de reuniões regulares do Grupo de Trabalho para Análise de Projetos de Meio Ambiente (GTAP), onde são apreciadas propostas que pleiteiam recursos do GEF.

Mudança do clima

Foi realizada, no período de 22 de outubro a 1º de novembro de 2002, em Nova Delhi, a Oitava Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-8). Durante a COP-8, prosseguiram os trabalhos de consolidação do regime estabelecido na Convenção-Quadro e os preparativos

técnicos e institucionais para a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, que constituem os instrumentos que regulam os esforços internacionais para a redução das emissões de gases que causam o efeito estufa. A delegação do Brasil foi chefiada pelo Itamaraty e integrada por funcionários do Ministério de Ciência e Tecnologia e dos demais órgãos da administração encarregados do tema da mudança do clima, além de representantes da sociedade civil. A perspectiva é de que o Protocolo de Quioto entre em vigor no primeiro semestre de 2003, noventa dias após ter sido ratificado por 55 países, que representem, no mínimo, 55% da emissão de dióxido de carbono referentes ao ano base de 1990. Até o momento, 95 países ratificaram o Protocolo, o que representa 37.1% das emissões de gases. O Brasil depositou seu instrumento de ratificação junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 22 de agosto.

Ozônio

Em sua 37ª reunião (Montreal, julho de 2002), o Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio aprovou projeto em escala nacional, no valor de 26,7 milhões de dólares, para a eliminação do consumo de clorofluorcarbonos (CFCs) no Brasil até 2010.

Realizaram-se, ainda, de 25 a 29 de novembro de 2002, em Roma, a VI Conferência das Partes na Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e a XIV Reunião das Partes no Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio. O principal tema da reunião foi a recomposição dos recursos do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal para o período de 2003 a 2005, que atingiu o montante de US\$ 573 milhões, superior ao das recomposições anteriores. O Fundo Multilateral financia, nos países em desenvolvimento, os custos incrementais da conversão de produtos e processos produtivos que utilizam substâncias que destroem a camada de ozônio para alternativas menos danosas.

Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço

No que se refere à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o Brasil participou, em abril, da XII Reunião dos Estados-Partes na Convenção onde, entre outros assuntos, foram realizadas eleições para o Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM) e para a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC). No caso da CLPC (composta de 25 membros), o candidato brasileiro foi reeleito para novo mandato de 7 anos.

A Delegação brasileira participou ativamente da III Reunião do Processo Consultivo Informal Aberto sobre Oceanos e Direito do Mar (UNICPO). Dentre as principais conclusões da reunião, sobressaem o consenso em considerar o manejo do meio ambiente marinho com base em critérios ecossistêmicos, alternativa preferível ao tradicional enfoque setorial no combate à pesca e à poluição marinha, e a necessidade de se exigirem respostas consensuais que preservem a biodiversidade.

Na reunião da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), em agosto na Jamaica, prosseguiram as discussões, no âmbito do Conselho daquela organização, das regras sobre a prospecção e exploração dos sulfetos polimetálicos e das crostas ricas em cobalto.

Realizaram-se em Tóquio, de 27 de maio a 01 de junho de 2002, reuniões dos Grupos de Trabalho da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT). Uma vez mais chegou-se ao consenso de que todas as Partes envolvidas na atividade de pesca do atum deveriam esforçar-se para exercer controle sobre os seus residentes e nacionais, suspeitos de dedicarem-se à pesca ilegal do atum atlântico.

Durante a Sessão Plenária da 54ª Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia (CIB), realizada em Shimonoseki, Japão, de 20 a 24 de maio corrente, foi reapresentada a proposta brasileira de estabelecimento de santuário para a proteção de baleias no Atlântico Sul. Apesar de ter logrado maioria absoluta (23 sobre 45 votos), a proposta não alcançou os três quartos dos votos totais exigidos para sua aprovação pela Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia. A CIB é foro em que o Brasil tem atuado de modo pró-ativo como país conservacionista, com base em nossa legislação nacional (Lei 7.643/87). O país tem desenvolvido política de uso sustentável não letal das baleias e demais cetáceos, por meio de sua valorização como patrimônio ambiental, científico, educativo e econômico.

No âmbito do Tratado da Antártida, realizou-se em Varsóvia, de 10 a 20 de setembro passado, a XXV Reunião das Partes Consultivas (ATCM), que teve como temas principais de sua agenda questões ligadas à próxima instalação do Secretariado Permanente do Tratado em Buenos Aires.

Foram finalizadas, em junho passado, as negociações do instrumento destinado à extensão do Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS). Em 05/06/02, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, e o Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional da China (COSTIND), Ministro Liu Jibin, apuseram suas rubricas ao Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro entre o Brasil e a RPC sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres, a ser assinado por ocasião de visita de autoridade brasileira à RPC. Em novembro, foi assinado o “Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (RPC) sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres”. O referido Protocolo tem por objetivo estender o Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS).

Por ocasião da visita do Senhor Presidente da República à Ucrânia, foi assinado, em 16/01/02, Acordo entre o Brasil e aquele país sobre Salvaguardas Tecnológicas (AST) Relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara.

Durante a visita do Ministro da Ciência e Tecnologia à Agência Espacial Européia (ESA), foi assinado em Paris, em 01/02/02, Acordo-Quadro entre o Brasil e aquela Agência sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos.

Realizou-se em Cartagena das Índias, de 14 a 17 de maio, a IV Conferência Espacial das Américas. Tal Conferência constituiu foro relevante para os países da Região reafirmarem seu interesse na cooperação em atividades espaciais, bem como na exploração e utilização pacífica do espaço exterior.

Quanto ao trabalho do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS), em 2002, o Brasil participou ativamente dos debates sobre a proposta de negociação de um instrumento multilateral único para regular as atividades espaciais, nos moldes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

A respeito da Organização Meteorológica Mundial (OMM), realizou-se em Genebra, em junho, a LIV Reunião do Conselho Executivo. Na ocasião, o Presidente da Associação Regional (AR) III (América do Sul) destacou a ativa participação do Brasil nos programas de cooperação horizontal. Outro tema tratado foi a transferência do escritório da OMM para as Américas de Assunção para Brasília, objeto de deliberação da AR III em 2001.

Política Comercial

Atividades no âmbito multilateral

As atividades de política externa econômica, em 2002, convergiram em grande medida para o início da nova rodada de negociações comerciais multilaterais, lançada em Doha, Catar, durante a IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em fevereiro, foram estabelecidos grupos negociadores para agricultura, serviços, acesso a mercados para produtos não-agrícolas, regras, comércio e meio ambiente, propriedade intelectual, revisão do Entendimento sobre Solução de Controvérsias e comércio e desenvolvimento, além de outros grupos de trabalho específicos. Desde o início do processo negociador, foi articulado grande esforço interno de coordenação com todos os demais órgãos de governo interessados e entidades representativas da sociedade civil, o que permitiu a formulação de propostas em agricultura, *antidumping*, comércio de serviços, barreiras técnicas, procedimentos aduaneiros, têxteis, acessões de países à OMC, propriedade intelectual (TRIPs) e medidas de investimentos relacionadas ao comércio (TRIMs), entre outras matérias.

No tocante a outras iniciativas multilaterais, realizou-se, em março de 2002, a Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Monterrey, no México. A Conferência de Monterrey representou oportunidade para os países em desenvolvimento tratarem a questão da necessidade de maior participação nos processos decisórios sobre o sistema financeiro internacional. O Brasil sediou em Brasília, de 6 a 10 de maio, o XXIX Período de Sessões da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), com diversos painéis e debates sobre o tema “Globalização e Desenvolvimento”. No âmbito do Grupo dos Quinze, realizou-se também em Brasília, em 13 e 14 de junho, reunião de Ministros da Saúde, voltada para a questão da saúde pública e propriedade intelectual. Na UNCTAD, durante a reunião de Revisão de Meio Período realizada em Bangkok, Tailândia, foi aceito oferecimento do Brasil para sediar a XI UNCTAD, em 2004, em data e

local a serem definidos. Por iniciativa brasileira, foi iniciada discussão sobre a reforma do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). O Brasil também participou das discussões no Escritório Internacional de Tarifas Aduaneiras (BITA) e na Organização Mundial das Aduanas (OMA), bem como da XXXV Sessão do Conselho de Representantes do Escritório Internacional de Têxteis e Vestuário (ITCB), celebrada em Hanói, Vietnã, nos dias 20 a 23 de maio. O Brasil tomou parte, ainda, na XVI Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (UIT), na qual logrou se reeleger ao Conselho Executivo da organização, na Região A e reelegeu também o engenheiro brasileiro Roberto Blois Montes de Souza como Secretário-Geral Adjunto.

No que diz respeito aos produtos de base, o Brasil deu continuidade a sua participação nos foros que se dedicam a consultas entre países produtores e consumidores, como as Organizações Internacionais do Café, do Cacau e do Açúcar. Os preços internacionais de alguns produtos de base iniciaram recuperação em 2002, mas a situação do café continuou a deteriorar-se.

Outro aspecto fundamental da atuação internacional do País concentrou-se na preocupação com a utilização indevida de barreiras não tarifárias contra produtos agropecuários. Essa atuação se deu tanto no plano bilateral, com a negociação de melhores condições de acesso para os produtos brasileiros, quanto no plano multilateral, mediante atenta participação nos Comitês de Barreiras Técnicas e de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC e nas Sessões do *Codex Alimentarius*, de forma a garantir regras transparentes e a primazia da base científica para as medidas adotadas pelos países importadores. Essa política foi instrumental para a consolidação da posição do Brasil como um dos maiores exportadores mundiais de carnes, em mercados cada vez mais exigentes, como o europeu e o asiático.

No tocante à defesa comercial, a área econômica do Itamaraty prestou apoio aos exportadores brasileiros envolvidos em investigações anti-dumping, anti-subsídios ou de salvaguardas, iniciadas pelos Estados Unidos, Índia, Venezuela, Canadá, União Européia, México e Peru, entre outros. Igualmente importante foi a atuação no Grupo de Negociação de Regras da OMC, onde o Brasil apresentou propostas para eliminar lacunas importantes do Acordo sobre Antidumping e do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, as quais prejudicam as exportações brasileiras.

Na área têxtil, concluiu-se, em 8 de agosto, o processo de negociação de Memorando de Entendimento Brasil - União Européia. A parte comunitária comprometeu-se a suspender a aplicação de todas as restrições quantitativas atualmente em vigor, concernentes às importações de produtos têxteis e de vestuário provenientes do Brasil. O acordo obtido contemplou plenamente os interesses da indústria nacional e representou passo importante para o crescimento das exportações de produtos têxteis brasileiros para aquele mercado. Merece destaque também as gestões diplomáticas de alto nível empreendidas junto ao governo norte-americano que permitiram preservar, mediante quota alocada ao Brasil, parte substancial das exportações de aço para os Estados Unidos, no contexto das salvaguardas aplicadas por aquele país. Na OCDE prosseguiram as discussões sobre o mercado internacional do aço e eventual acordo sobre subsídios para o produto.

Ocorreram duas reuniões do Grupo de Trabalho sobre Comércio Industrial do Mecanismo 4+1 (MERCOSUL-EUA), que trata de diversos assuntos de interesse recíproco e em especial das barreiras ao comércio no mercado norte-americano. Houve, em 2002, negociações em matéria de serviços e investimentos no MERCOSUL, OMC e outros foros, bem como a II Reunião do Mecanismo de Consultas Brasil-EUA nas Áreas de Comércio e Investimento, celebrada em Washington, no mês de maio. Entre as diversas reuniões bilaterais e Comissões Mistas de interesse econômico e comercial, realizadas em 2002, destacaram-se os encontros com a União Européia e a África do Sul.

No plano dos transportes aéreos, o Itamaraty integrou o Grupo de Trabalho que avaliou, no âmbito do Conselho Nacional de Aviação Civil, a situação nacional em face da conjuntura adversa no plano internacional, bem como participou das negociações e reuniões de consulta aeronáutica para atualização de acordos que o Brasil mantém com sessenta e um países.

O tema da propriedade intelectual foi negociado em vários foros: no Conselho de TRIPs da OMC; no Grupo Negociador de Propriedade Intelectual da ALCA; no âmbito das negociações entre a União Européia e o MERCOSUL, e em diversos comitês da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Internamente, foram discutidas as questões pertinentes à propriedade intelectual no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) e no Comitê de Combate à Pirataria.

Atividades no âmbito regional

MERCOSUL

No plano regional, a crise econômica e política na Argentina agravou-se, com consequências negativas para o comércio regional e para o aprofundamento do processo de integração. Esses desdobramentos somaram-se ao quadro de continuada recessão econômica no Paraguai e o Uruguai. A mudança da Presidência argentina em janeiro do presente ano significou o fim do modelo econômico imposto pelo plano de conversibilidade. Apesar dessas dificuldades, que obrigaram à prorrogação de prazos fixados para cumprimento de tarefas da agenda de relançamento do MERCOSUL (Decisão CMC Nº 6/02), foi possível desenvolver estreito diálogo com os sócios da União Aduaneira no encaminhamento das questões relativas ao processo de integração. As ações conduzidas em 2002 tiveram como principal preocupação: tornar o MERCOSUL elemento concreto na saída da crise econômica mediante apoio ao restabelecimento das correntes de comércio na região; reverter as dificuldades para o cumprimento da agenda previamente estabelecida, mediante esforço bilateral para a superação dos contenciosos econômico-comerciais; e buscar avanços institucionais e normativos possíveis no sentido da consolidação e aprofundamento da União Aduaneira. Os principais avanços no plano interno do MERCOSUL dizem respeito às seguintes matérias: a) aprimoramento do Sistema de Solução de Controvérsias: firmado em fevereiro de 2002, o Protocolo de Olivos estabelece, dentre outras inovações de cunho procedimental, o recurso de revisão do laudo emitido pelo Tribunal ad hoc do MERCOSUL, tendo sido constituído para esse fim um Tribunal Permanente de Revisão; b) Fortalecimento Institucional (Decisões CMC Nº 1/02 Nº 16/02): lançaram-se negociações que deverão conduzir à transformação da Secretaria Administrativa do MERCOSUL em Secretaria Técnica; c) Defesa Comercial Intrazona (Decisões CMC Nº 13 e 14/02): incorporam-se, como normativa MERCOSUL, os Acordos OMC sobre Subsídios e Antidumping. A nova Decisão visa a dotar o MERCOSUL, de imediato, com normas que seriam acionáveis no sistema de solução de controvérsias; d) Integração Fronteiriça (Decisão nº 5/02): A criação do Grupo Ad Hoc sobre Integração Fronteiriça de iniciativa brasileira, estabelecendo foro voltado aos aspectos específicos da integração nas regiões limítrofes, no âmbito do qual o Brasil está propondo a negociação de um Acordo sobre Comunidades Fronteiriças do MERCOSUL; e) Entendimentos bilaterais com a Argentina; f) Acordos de regularização migratória e residência para nacionais do MERCOSUL, Bolívia e Chile, que facilitam a concessão de residência temporária e permanente pelos signatários para os nacionais dos demais signatários, assegurando-lhes direitos civis e trabalhistas. Durante a visita do Presidente Duhalde ao Brasil, firmaram-se entendimentos para a solução de contenciosos e o fomento dos fluxos de comércio. Destacam-se os acordos para a eliminação das medidas restritivas argentinas de comércio nas áreas de têxteis, frangos e suínos; a revisão do Acordo Automotivo bilateral, que estabelece parâmetros para o atingimento do livre comércio bilateral a partir de 2006; e a elevação dos limites para operações comerciais cursadas ao amparo do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

O MERCOSUL avançou na negociação do futuro Acordo de Livre Comércio com a Comunidade Andina, tendo sido realizadas duas reuniões negociadoras, em Buenos Aires (maio) e em Lima (outubro), além de encontros de trabalho em nível ministerial e sub-ministerial.

Foram firmados com o México um acordo bilateral de preferências tarifárias fixas (Acordo de Complementação Econômica Nº 53), um acordo-quadro para a constituição de uma área de livre comércio MERCOSUL-México (Acordo de Complementação Econômica Nº 54) e um acordo MERCOSUL-México para a liberalização do comércio no setor automotivo (Acordo de Complementação Econômica Nº 55).

Com a África do Sul foi realizada, em Brasília, no início do mês de agosto, a segunda e terceira reuniões da Comissão Negociadora estabelecida pelo Acordo-Quadro para a Criação de uma Área Livre Comércio entre o MERCOSUL e a África do Sul.

Com o Chile, o Brasil negociou amplo acordo de aprofundamento de preferências tarifárias, no âmbito do Acordo de Complementação Econômica Nº 35 (MERCOSUL-Chile), envolvendo os setores automotivo, químico e agrícola, além de outros produtos industriais.

O MERCOSUL apresentou à Índia proposta de negociação de acordo de liberalização comercial em duas etapas, envolvendo a assinatura de um acordo de preferências tarifárias fixas e, numa segunda etapa, de um acordo de livre comércio. Modelo semelhante foi apresentado à Tailândia e à ASEAN.

Com a assinatura em dezembro, por ocasião da Cúpula de Brasília, de um Acordo-Quadro com a Comunidade Andina, o MERCOSUL avançou nas negociações do futuro Acordo de Livre Comércio entre os dois blocos, que deverá estar concluída até o término de 2003. Também em dezembro foi realizada, em Lima, uma primeira reunião negociadora entre o MERCOSUL e o Peru.

O Brasil também prorrogou e aprofundou o acordo de preferências tarifárias fixas que mantém com Cuba, tendo sido incluídos produtos químicos, têxteis, automóveis de carga, máquinas, carnes e álcool etílico, dentre outros

Com relação às negociações entre o MERCOSUL e a União Européia, celebrou-se em Buenos Aires, de 9 a 12 de abril de 2002, a VII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais – CNB, em preparação à Cúpula de Madri (17 de maio de 2002). Durante a Cúpula de Madri ou II Reunião de Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL e da União Européia, foram anunciados o lançamento do Plano de Ação em Facilitação de Negócios e outros avanços nos capítulos de diálogo político e de cooperação. Também foi acertada a realização de uma reunião em nível ministerial MERCOSUL-UE, antes de um novo CNB e do final de 2002, com o fim de "dar novo impulso às negociações econômicas e comerciais no âmbito do Acordo de Associação Interregional", "à luz do objetivo de alcançar rápidos avanços e de concluir as negociações tão logo possível". A reunião realizou-se no Rio de Janeiro, no último dia 23 de julho. Foi possível alcançar consenso sobre as próximas etapas da negociação econômico-comercial, refletidas em um Programa de Trabalho para os 12 a 15 meses seguintes. A definição do programa de trabalho confere novo impulso e dinâmica à negociação, com o estabelecimento de metas e datas precisas para seu cumprimento. Com vistas a avançar na construção do pilar econômico-comercial do futuro Acordo de Associação Interregional, a VIII reunião do Comitê de Negociações Birregionais foi realizada de 11 a 14 de novembro, em Brasília, concentrada na consolidação de propostas normativas para áreas da negociação econômico-comercial (normas e regulamentos técnicos, defesa da concorrência, regime geral de origem, propriedade intelectual, procedimentos aduaneiros e solução de controvérsias) e na discussão de métodos e modalidades para a negociação de acesso a mercados de bens e serviços. Além disso, em função do compromisso de apresentar ofertas de acesso a mercados de bens revisadas em 28 de fevereiro de 2003, consistentes com a OMC, as Partes deverão estar realizando trabalho interno de aprimoramento de suas ofertas.

ALCA

A participação do Brasil no processo ALCA mobilizou, de forma crescente, o Executivo, o Congresso Nacional e a sociedade civil. No dia 1º de novembro, realizou-se, em Quito, a VII Reunião Ministerial da ALCA. Ao término da Ministerial de Quito, a Presidência das negociações passou a ser exercida conjuntamente pelo Brasil e pelos EUA. A Co-Presidência durará até o final das negociações. Todos os nove grupos negociadores da ALCA (Acesso a Mercados; Agricultura; Serviços; Investimentos; Compras Governamentais; Propriedade Intelectual; Política de Concorrência; Solução de Controvérsias; e Subsídios Antidumping e Direitos Compensatórios) reuniram-se intensamente em 2002, de modo que, praticamente, todas as semanas uma e, em vários casos, duas entidades negociadores da ALCA encontravam-se para cumprir o mandato da Reunião Ministerial de Buenos Aires, cuja principal instrução foi a preparação da segunda minuta do acordo ALCA e a elaboração dos métodos e modalidades para se iniciar a negociação de acesso a mercados. O Comitê de Negociações Comerciais, que coordena o trabalho das entidades do processo ALCA, reuniu-se por três vezes em 2002: abril/maio em Isla Margarita e Panamá; agosto em São Domingos; e outubro em Quito. Conforme determinado pela Declaração Ministerial de Quito, foi tornada pública a segunda minuta do Acordo ALCA, nas quatro línguas oficiais. Tal fato contribui para um interesse crescente de diferentes setores da sociedade civil brasileira nas negociações. Intensificou-se significativamente, neste ano, a interlocução do Governo com representantes empresariais, sindicais, de ONGs e da comunidade acadêmica, além do Congresso Nacional.

Promoção comercial

O desempenho do programa de promoção de exportações e acesso a mercados tem refletido e acompanhado o gradual aumento da competitividade de produtos brasileiros no exterior e o crescimento das exportações brasileiras. Dentre os principais resultados alcançados em 2002, cumpre destacar a) o fortalecimento da estrutura operacional da BrazilTradeNet, hoje o maior site de promoção comercial da América Latina. A propósito, vale mencionar que a relação entre o número de empresas cadastradas na BrazilTradeNet e o número de empresas brasileiras exportadoras (que define o indicador do programa no Avança Brasil) deve situar-se na casa dos 80% em 2002, índice bastante satisfatório; b) a realização de importantes missões empresariais ao exterior, sobretudo para mercados não-tradicionais. Em 2002, realizaram-se missões à Rússia e à Ucrânia, aos países do Golfo Pérsico, à Polônia, ao Japão, à China e à Índia, à Itália, à Guiana, ao México, a países do Sudeste Asiático, a Cuba e República Dominicana e à África do Sul. Esta última revestiu-se de caráter pioneiro, uma vez que foi a primeira missão conjunta em âmbito de MERCOSUL; c) a participação em feiras e mostras no exterior e no Brasil. Até outubro foram 57 no exterior e 17 no Brasil. Importa ressaltar que, em conformidade com as diretrizes do Avança Brasil, parte da presença em feiras no exterior foi viabilizada em função de parceria com a Agência de Promoção de

Exportações, a APEX; d) a celebração de documentos que formalizam parcerias do Itamaraty com a FIESP, com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Banco do Brasil na área de promoção comercial; e com a Investe Brasil na de promoção de investimentos. A cooperação permitirá a otimização de recursos comuns disponíveis; e) a realização de ciclos de treinamento para agentes de comércio exterior, para integrantes de pontos focais do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), do MRE, e para pessoal de Setores de Promoção Comercial (SECOMS) que trabalham com informação comercial, este último ministrado por consultores do International Trade Center, ITC (OMC/UNCTAD).

Contenciosos comerciais

Na área de contenciosos comerciais, foi atendido o crescente número de reclamações dos exportadores brasileiros de violação das regras e disciplinas definidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio, onde o Brasil defendeu de forma dinâmica seus interesses. O Brasil já é o segundo país que mais recorreu ao mecanismo de solução de controvérsias dessa Organização. Nesse sentido, o Brasil viu-se envolvido simultaneamente, em 2002, em quinze casos na OMC – quatro em fase de painéis (grupos especiais), cinco em fase de consultas (um como parte demandada), e cinco como terceira parte – em comparação com somente sete casos em 2001 – um painel como parte demandada, três consultas como demandante, uma como parte demandada, e dois casos em que atuou como terceira parte interessada.

Por decisão da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), o Itamaraty coordenou a reação do Governo brasileiro à decisão norte-americana de aplicar salvaguardas às importações de aço, que culminou com o envio de missão chefiada pelo Ministro Celso Lafer, acompanhado pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a Washington e a conseqüente atenuação das restrições aplicáveis ao Brasil mediante estabelecimento de uma quota específica para o produto brasileiro. Paralelamente, foi criado Grupo de Acompanhamento da Política Siderúrgica dos EUA e houve intensa participação do Brasil nas chamadas Reuniões de Alto nível, na OCDE, onde vêm sendo discutidas questões referentes ao excesso de capacidade produtiva no setor siderúrgico em nível mundial e a eventual celebração de acordo específico para reduzir ou eliminar subsídios nesse setor. A crescente atuação do Brasil na OCDE nesta e outras áreas de trabalho daquela Organização refletiu-se, mais uma vez, em convite para que o Ministro Celso Lafer comparecesse a reunião do Conselho.

Ao longo de 2002, a Coordenação-Geral de Contenciosos também foi encarregada das negociações: (i) no Grupo Negociador do Sistema de Solução de Controvérsias da ALCA; e (ii) no processo de revisão do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (DSU) da OMC, cujo mandato consta na Declaração Ministerial de Doha.

Ciência e tecnologia

O Itamaraty teve, ao longo de 2002, atuação voltada para a formulação e defesa de posições brasileiras em temas científico-tecnológicos que guardam maior relação com negociações comerciais, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e MERCOSUL. Foram preparadas propostas sobre os subsídios concedidos à pesquisa científica básica e aplicada nos países desenvolvidos; sobre a relação entre comércio e investimentos, de um lado, e transferência de tecnologia, de outro, a importância das medidas de investimentos relacionadas ao comércio (TRIMS) para os países em desenvolvimento, como forma de compensar assimetrias tecnológicas globais.

O Itamaraty participou ainda do Comitê Gestor da Internet e acompanhou os trabalhos desenvolvidos pelo *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN). No campo das tecnologias da informação e das comunicações tem coordenado a posição brasileira à Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, a realizar-se em Genebra, em 2003. Na área da biotecnologia, houve negociação da convenção internacional sobre clonagem de seres humanos, no âmbito das Nações Unidas, buscando agregar ao enfoque moral e ético predominante elementos de cunho econômico-comercial que atendam os interesses nacionais na matéria. Houve adensamento da agenda de Ciência e Tecnologia (C&T) com os países como Argentina, Peru, Cuba, Espanha, Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos, China e Índia, entre outros.

No decorrer de 2002, foi implementado o Centro de Gestão Estratégica do Conhecimento em Ciência e Tecnologia (CGECon), que tem como objetivo promover a gestão do conhecimento para subsidiar a formulação de política externa em C & T, por meio da percepção e do acompanhamento de tendências e inovações científicas e tecnológicas no intuito de auxiliar o MRE na formulação da agenda diplomáticas. As principais

atividades realizadas pelo Centro desde 2000 até o presente ano foram: definição da estrutura interna, desenho organizacional, modo de funcionamento e perfil dos profissionais necessários, identificação de redes de informação de interesse (no País e no Exterior), identificação de temas e países afetos às demandas do MRE, operação e aperfeiçoamento da ferramenta automatizada, que por sua vez, resultou na geração e disponibilização dos produtos e serviços do CGECon. Destaca-se ainda que o *software*, baseado em código aberto e desenvolvido inicialmente pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e aperfeiçoado pela equipe do CGECon, que por sua vez resultou em um pacote de soluções tecnológicas avançadas a oferecer, por meio da Internet, um menu de serviços bastante diversificados.

Na área de cooperação educacional, o Itamaraty atuou no tratamento bilateral e multilateral de temas educacionais na agenda internacional, seja negociando acordos bilaterais e multilaterais e participando de comissões mistas e outras reuniões realizadas no Brasil e no exterior, seja viabilizando as vertentes de cooperação educacional prestada e recebida pelo Brasil, as quais se destinam à formação e treinamento de brasileiros no exterior e de estrangeiros provenientes de países em desenvolvimento. No âmbito do MERCOSUL, o país vem participando das reuniões do Sistema de Informação e Comunicação, da Comissão Regional Coordenadora de Educação Tecnológica, da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior, do Comitê Coordenador Regional do Setor Educacional e de Ministros de Educação. Ainda na esfera multilateral, o Brasil participou da XXV Reunião do Conselho Superior e da XIV Reunião da Assembléia Geral da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e da 14ª Reunião do Diretório dos Países Participantes do *Programme for International Students Assessment* (PISA) da OCDE. O país promoveu, ainda, a realização em Brasília do Seminário Políticas Públicas de Trabalho e Renda na América Latina e no Caribe, a primeira atividade da Cátedra “Vilmar Faria” de Estudos Latino-Americanos da FLACSO.

Foi negociado o Acordo de Cooperação Educacional com o Timor Leste, encontrando-se em exame projetos de acordo com Barbados, Botsuana e Indonésia. Além da aplicação da 7ª (10054 inscritos e 577 aprovados) e 8ª (1699 inscritos, resultado pendente) edições do exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), a Divisão de Cooperação Educacional do Itamaraty processou a seleção para os Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG) em instituições de Ensino Superior Brasileiras (IESs) de candidatos de países da América Latina e Caribe, África e Ásia. Para a graduação, foram 660 candidatos estrangeiros. Na pós-graduação, 102 estudantes estrangeiros foram admitidos em 2002, sendo 258 pré-selecionados para 2003. Houve pré-seleção de candidatos brasileiros a bolsas de estudo e cursos oferecidos pela OEA, pela Comissão Fulbright, pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e pela Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. O Itamaraty divulgou, no Brasil, também, as ofertas de cursos e de bolsas de estudo no exterior apresentadas por Governos ou entidades públicas ou privadas estrangeiros e por organizações internacionais. Recebe e pré-seleciona as candidaturas brasileiras e as encaminha oficialmente.

Cerimonial

No ano de 2002, o Brasil recebeu 15 Chefes de Estado e/ou de Governo. Recebeu, ademais, 13 Ministros de Relações Exteriores e várias outras autoridades de diversas hierarquias que aqui estiveram a convite do Governo brasileiro e para quem o Cerimonial foi chamado a organizar eventos com os recursos a ele alocados. Nesse sentido, foi realizado no mês de março, em Fortaleza, a 17ª Reunião da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento; no mês de maio o XXIX Período de Sessões da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e no mês de junho, no Rio de Janeiro, realizou-se o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável Rio + 10. De igual modo, foi organizada a Reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorrida no mês de julho e a Reunião do Mercosul, realizada em dezembro.

No mesmo período, realizaram-se 150 eventos sociais nas dependências do Palácio Itamaraty ou em outras localidades, tanto relacionados com as visitas acima mencionadas, quanto com a realização de eventos - sendo 120 almoços, 11 jantar, 5 cafés da manhã, 2 lanches e 12 coquetéis, entre os quais se destacam o de 7 de setembro e o do Dia do Diplomata.

Cabe destacar a realização da Posse Presidencial de 2003 que, apesar de ter ocorrido no dia 1º de janeiro do corrente ano, foi organizada no decorrer do ano de 2002.

Por sua vez, o Cerimonial organizou visitas do Presidente da República à Rússia, Ucrânia, Argentina, Suécia, Polônia, Eslováquia, Panamá, Chile, Itália, Espanha, África do Sul, Equador, Uruguai, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, e Estados Unidos da América.

O Cerimonial, na qualidade de Secretaria das duas Ordens, procedeu, no exercício de 2002, à entrega de 548 condecorações e diplomas a personalidades estrangeiras e brasileiras, bem como preparou e organizou, em coordenação com o Cerimonial da Presidência da República, 31 (trinta e um) cerimônias de entrega de Cartas Credenciais de Embaixadores Estrangeiros ao Senhor Presidente da República, no Palácio da Alvorada, tendo confeccionado e remetido aos postos 47 (quarenta e sete) Cartas Credenciais de Embaixadores brasileiros.

Compete, ainda, ao Cerimonial prestar apoio às 97 Missões Diplomáticas sediadas em Brasília, às Representações Especiais, às 29 Organizações Internacionais com representação no Brasil e às cerca de 175 repartições consulares estrangeiras em todo o País. Cumpre mencionar que, no ano de 2002, foram emitidos 871 Certificados de Registro de Propriedade de Veículos nacionais e estrangeiros e, aproximadamente, 1.419 renovações; foram processados 4.246 formulários para desembaraço aduaneiro para importações e exportações das citadas missões, sendo 3.743 declarações simplificadas de importação (DSI) e 512 declarações simplificadas de exportação (DSE); foram emitidas 1.527 Carteiras de Identidade para membros do pessoal diplomático, administrativo e técnico das missões diplomáticas estrangeiras e representações de organismos internacionais; e foram encaminhadas 1.384 habilitações à isenção de ICMS incidente sobre o consumo oficial e particular de telecomunicações, eletricidade e combustíveis; 330 pedidos de habilitação para carteira nacional de habilitação; 92 pedidos de matrícula de cortesia em estabelecimento de ensino superior (IES); 120 concessões de atendimento ao Corpo Diplomático no Hospital das Forças Armadas e, aproximadamente, 1.560 legalizações de documentos.

Administração

Modernização e Planejamento Administrativo

No campo da execução orçamentária e financeira, o Itamaraty prosseguiu com a atualização do Guia de Administração dos Postos, incorporando e consolidando instruções veiculadas por meio de Circulares Telegráficas e Postais, entre junho/2001 e outubro/2002 e preparando-o para inclusão na rede informatizada interna do MRE, a Intratec. Desenvolveu arquivos de atualização que introduziram correções e aprimoramentos no aplicativo ADMP, o qual é utilizado pelos Postos no exterior para a elaboração das prestações de contas. Foi prestado suporte técnico, por vias telefônica e eletrônica, à rede de Postos para o correto manuseio do aplicativo. Foi realizada missão ao Haiti, Panamá, San Salvador e Trinidad-e-Tobago, para instalação do ADMP e treinamento do pessoal designado para utilizá-lo, a primeira de uma série de missões de âmbito regional.

Em matéria de administração de pessoal, foi encaminhada à Câmara dos Deputados, por solicitação desta, proposta de texto substitutivo ao Projeto de Lei 1.493, de consolidação da Lei do Serviço Exterior (Lei 7.501, de 27/06/1986, modificada pela Lei 9.888, de 08/12/1999). Foi atualizado o Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior (Decreto nº 4.248, de 23/05/2002). De forma conjunta com a Coordenação-Geral de Planejamento de Pessoal, a CMOR contribuiu para a criação de mecanismo para a lotação de funcionários do Serviço Exterior Brasileiro na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE). Foram retomados os estudos com vistas à instituição do Auxílio-Educação no exterior. Funcionário da CMOR ministrou, no âmbito do Curso de Treinamento para o Serviço no Exterior, aulas sobre o manuseio do aplicativo de execução orçamentária ADMP aos funcionários em processo de remoção.

No que tange à organização e estrutura do MRE, foi negociado com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão projeto de Decreto visando a uma nova estrutura regimental do Ministério, com ênfase na criação dos Escritórios de Representação em Minas Gerais e na Região Norte, bem como da Divisão de Feiras e Turismo e da Divisão de Divulgação, além do redimensionamento das unidades encarregadas da área das Américas, que passarão a se subordinar a dois Departamentos, um dos quais se dedicará exclusivamente à América do Sul, devido à crescente importância do trabalho diplomático desenvolvido pelo Brasil no seu entorno geográfico. Na mesma ocasião, foi solicitada expansão dos cargos comissionados em 13 unidades da SERE. Foi negociada, igualmente, reestruturação da Fundação Alexandre de Gusmão, entidade vinculada ao MRE, para a obtenção de um cargo comissionado adicional e a introdução de um Auditor nos seus quadros, em atenção ao Decreto nº 3.591/2000. Foi providenciada a revisão do Regimento Interno da SERE e se iniciaram os trabalhos de elaboração de regimentos para os postos no exterior e para os Escritórios de Representação do MRE em 8 Estados da Federação. Foi criada Embaixada residente em Díli (Timor Leste) e preparado projeto de Decreto para abertura de Posto semelhante em Ierevan (Armênia). Foram abertas Embaixadas cumulativas em Pyongyang (com sede em Pequim) e em São Tomé e Príncipe (com sede em Libreville). Foi iniciado o trabalho de consolidação das Leis e Decretos de criação dos Postos que integram a rede diplomática brasileira (Missões Diplomáticas e Repartições Consulares).

Na esfera do compromisso com a modernização administrativa, o Itamaraty participou das reuniões periódicas do Comitê Interministerial de Desburocratização. Elaborou texto que servirá de insumo para a preparação de CD-ROM tutorial, que facilitará aos Postos que ainda não a lograram, a transição para uma contabilidade mais ágil, como a proporcionada pelo ADMP. Começou o processo de atualização dos dados referentes ao MRE que constam do Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG). Respondeu ao questionário do Sistema de Avaliação e Melhoria da Gestão Pública, do Programa de Qualidade no Serviço Público, referente a 2001, tendo sido o MRE o primeiro Ministério a fazê-lo de forma global (e não setorial).

No contexto do Programa Avança Brasil, o Diretor-Geral do Departamento de Administração (DA) gerenciou o programa Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organismos Internacionais, integrado por Ações desenvolvidas no País (item A - 2 e 4) e no exterior (item A - 1,3,5 e 6) por várias unidades gestoras do Itamaraty. Acompanhou a execução financeira e a supervisão das atividades continuadas e não finalísticas que viabilizam o desempenho adequado da função diplomática e consular no exterior e no Brasil. Os resultados abaixo correspondem à avaliação do período de janeiro a outubro de 2002.

Resultados Alcançados por Ação

Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Embaixadas e Consulados: Foram adquiridos 676 itens, entre equipamentos, mobiliário e veículos, para equipar os postos no exterior.

Demarcação de Fronteira: Foram realizadas as seguintes campanhas e trabalhos de manutenção e inspeção:

PCDL (Primeira Comissão Demarcadora de Limites – Belém – PA)

- Campanha da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Limites na região dos rios Tacutu e Maú, Municípios de Bonfim e Normanda, Estado de Roraima;- Campanha de inspeção aos marcos fronteiriços na Serra Pacaraima no mês de novembro

SCDL (Segunda Comissão Demarcadora de Limites – Rio de Janeiro – RJ)

- Inspeção de marcos na região de Chuí e de Aceguá; Inspeção na estrada de acesso ao marco 49-I e à Vila Albornoiz; Inspeção e recuperação de marcos na Coxilha de Santana: marcos intercalados 375 a 415 (40 marcos). Determinação GPS em 5 marcos; Inspeção e recuperação de marcos na Coxilha de Santana: marcos intercalados 416 a 460 (45 marcos). Determinação GPS em 4 marcos; Inspeção de marcos urbanos nas cidades de Sant' Ana do Livramento e Rivera; Inspeção geral do trecho da Fronteira Brasil-Paraguai compreendido entre a confluência do Arroio Estrela com o Rio Apa e a nascente do Rio Iguatemi, numa extensão de 210 quilômetros; Determinação direta, pelo Sistema de Posicionamento Global (GPS), das coordenadas de 14 marcos do trecho acima mencionado; Trabalhos de reparação, reconstrução, limpeza em torno e pintura dos marcos do trecho de fronteira compreendido entre os marcos principais "Cabeceira do Arroio Estrela" e "Rincão do Julio", num total de 142 marcos.

Locação de Imóveis no Exterior

Tem sido cumprido regularmente o cronograma de pagamentos de despesas com a locação de imóveis oficiais e o benefício da Residência Funcional no exterior. A escassez de recursos resultou na suspensão de projetos não prioritários que implicassem aumento de despesa, tais como mudanças para imóveis mais adequados às atividades de determinadas Repartições no exterior. Apesar dessas restrições foi possível autorizar a locação de imóveis para a instalação inicial ou para a transferência para instalações mais dignas de:

- Chancelaria e Residência da Embaixada em Abuja, que deverá transferir-se de Lagos até o final do ano;

- Chancelaria da Delegação Permanente em Genebra, cujo imóvel, terminado o contrato, foi solicitado pelo proprietário;

- Chancelarias das Embaixadas em Acra, Manila e Rabat;

- Chancelaria do Consulado-Geral em Houston;
- Residência da Embaixada em Túnis, cuja Embaixada foi reativada ano passado;
- Centros de Estudos Brasileiros em La Paz e Paramaribo.

Em atenção a solicitação do TCU (Decisão 929/2001), foi preparado estudo sobre a viabilidade de aquisição de imóveis para a instalação de Repartições no exterior, com exploração das alternativas oferecidas pelo mercado. Aguarda-se resposta daquela Corte a consulta sobre a viabilidade da contratação de: a) “leases” para a edificação de imóveis, precedidos de processos licitatórios separados para a seleção da empresa financiadora e da construtora; b) “leases” para aquisição de imóveis prontos; c) empréstimos diretos ou sob regime de hipoteca para aquisição ou construção de imóveis no exterior. Paralelamente, foram submetidos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quatro projetos de aquisição e construção de imóveis, que, no médio prazo, reduziriam substancialmente o peso das despesas com locação no orçamento do MRE.

Manutenção do Cerimonial

Foram recebidas cento e uma delegações estrangeiras, entre visitas presidenciais, de Chefes de Estado e de Governo e outras autoridades.

Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Administrativo e Técnico Contratado no Exterior

A escassez de recursos, agravada com a elevação da taxa de câmbio real/dólar, levou à suspensão, em maio último, de novas contratações de auxiliares locais, bem como de reajustes salariais, salvo aqueles expressamente previstos nas legislações locais. Essas medidas possibilitaram o pagamento tempestivo de salários e demais benefícios previstos pelas legislações locais aos 2.232 auxiliares locais contratados no exterior.

As dificuldades financeiras resultaram, entretanto, na suspensão do projeto de regularização do passivo previdenciário dos auxiliares brasileiros contratados em países que não admitem a inscrição de estrangeiros nos respectivos sistemas.

Representação Diplomática e Consular no Exterior

A escassez de recursos provocou cortes, em maio último, de 10% e 20% das dotações alocadas mensalmente às Repartições no exterior para fins de manutenção (SMP/Serviços e Manutenção do Posto). Apesar da redução dos recursos para programas de conservação de próprios nacionais no exterior, foram possíveis as seguintes iniciativas:

- Transformação em Embaixada do Escritório de Representação do Brasil em Dili;
- Reformas nos imóveis da Residência e da Chancelaria da Embaixada em Copenhague; da Residência, da Chancelaria e do Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada em Georgetown; das Residências das Embaixadas em Assunção, Lisboa, Copenhague, Roma e São Domingos;
- Adaptação da Residência em São Salvador para funcionar como Chancelaria e Centro de Estudos Brasileiros;
- Início da construção da sede do Vice-Consulado em Letícia;
- Prosseguimento do processo, que já se encontra em fase final, de permuta do terreno de propriedade da União em Bonn por imóvel para sediar o Consulado-Geral em Frankfurt;
- Autorização para a adaptação da atual Residência em Tegucigalpa de forma a abrigar a Chancelaria da Embaixada naquela capital.

- Aluguel de imóveis para instalar um SECOM em Dubai (Emirados Árabes), o escritório de apoio da delegação negociadora da ALCA em Puebla (México), o Escritório de Representação em Abuja, Embaixada do Brasil junto ao Governo da Nigéria; mudança para novas instalações das Chancelarias da Delegação Permanente em Genebra, da Embaixada em Damasco, do Centro de Estudos Brasileiros em La Paz e da Residência da Embaixada em Tegucigalpa

Resultados Parcialmente Alcançados

Renovação da frota de veículos oficiais no exterior. Para conclusão do processo, com o cumprimento pleno da recomendação do TCU, seria necessário investimento de cerca de US\$ 3,120,000.00.

Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Administrativo e Técnico Contratado no Exterior. Hoje, cerca de 66,98% dos 2.232 Auxiliares locais sob a responsabilidade da DAEX estão regularmente inscritos na previdência local. Por indisponibilidade de recursos, não teve, entretanto, prosseguimento o projeto de quitação do passivo previdenciário dos brasileiros contratados em países que admitem inscrições de estrangeiros nos respectivos sistemas. A regularização dos processos já recebidos, com valores calculados pelo INSS, demandaria recursos da ordem de R\$9.690.772,66. Estima-se que a quitação de todos os atrasados envolveria recursos superiores a quinze milhões de reais.

Novas Ações

Em atenção à Decisão TCU/929/2001, foi proposta ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MOG) a inclusão, na proposta orçamentária, dos seguintes projetos, já aprovados pela Comissão de Financiamentos externos (COFIEEX):

- Construção, em terrenos doados pela Nigéria, da Chancelaria e da Residência da Embaixada do Brasil na nova capital, Abuja, onde já estão instaladas mais 70% das Missões Diplomáticas acreditadas junto ao Governo daquele país. O investimento seria da ordem de dois milhões de dólares;

- Construção de imóvel destinado à residência oficial do Cônsul-Geral do Brasil na Cidade do Porto, em Portugal. A recuperação da Residência, doada em 1912 ao Governo brasileiro, seria antieconômica, pois exigiria investimento de mais de um milhão e trezentos mil dólares. A construção foi estimada em um milhão de dólares, com financiamento de cem por cento por banco português;

- Aquisição, financiada, de imóvel para instalação da Chancelaria da Missão do Brasil junto à ONU, em Nova York, nos Estados Unidos. O projeto previa o pagamento de entrada correspondente a pouco mais de três milhões de dólares, mas, em dez anos, com a quitação do empréstimo, haveria economia anual de cerca de um milhão de dólares;

- Aquisição de imóvel para instalação da Chancelaria da Embaixada do Brasil em Londres, no Reino Unido. O financiamento, avalizado com parcela correspondente a 20% do projeto (US\$ 2 milhões) pelo Governo brasileiro, solucionaria problema crônico de instalação da Chancelaria da Embaixada em Londres e desobrigaria o Governo do pagamento de aluguel.

Esses projetos deixaram de ser inscritos no orçamento de 2003, uma vez que dependeriam de pouco mais de oito milhões de dólares de investimento nas verbas do orçamento do MRE.

Departamento do Serviço Exterior – DSE

Ao Departamento do Serviço Exterior corresponde a meta-função de Administração do Serviço Exterior, composta fundamentalmente por três funções: Administração do Pessoal, Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos e Planejamento. Cada uma dessas funções incumbe a uma das unidades administrativas que formam o Departamento, quais sejam a Divisão do Pessoal (DP), a Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH) e a Coordenação-Geral de Planejamento de Pessoal (CGPP). No ano de 2002, o Departamento executou, no Brasil, o montante de R\$ 238.324.814,00 e, no exterior, R\$ 455.643.388,00, equivalentes a US\$ 151,034,116.00.

A Divisão do Pessoal, principal unidade administrativa do Departamento, tem entre suas atribuições mais relevantes a lotação e a movimentação do pessoal, a formalização e publicação de atos diversos, a manutenção e a atualização de dados cadastrais, o gerenciamento da folha de pagamentos dos servidores do Ministério, o registro e processamento de vantagens e benefícios legais, o acompanhamento e pagamento de contratos de transporte de bagagens, o processamento de diárias no país e no exterior, a contabilidade e atendimento ao público.

O mecanismo de remoções de servidores patrocinou, em suas duas edições, a movimentação de 451 funcionários, incluindo Diplomatas, Oficiais e Assistentes de Chancelaria e integrantes do Quadro ou Tabela Permanentes do Ministério das Relações Exteriores. Em 2002, dos US\$ 151,034,116.00 executados no exterior, US\$ 5,091,177.00 corresponderam ao pagamento de ajudas-de-custo, US\$ 3,091,800.00 a transporte de bagagens, US\$ 2,867,618.00 a passagens aéreas e US\$ 3,467,339.00 em diárias. As despesas relativas ao Programa Complementar de Assistência Médico-Hospitalar do Serviço Exterior (PCAMSE) somaram US\$ 16,520,753.00.

No que concerne aos gastos com Pessoal no exterior, foram realizadas despesas da ordem de US\$ 120,004,428.00, que totalizaram o pagamento de vantagens fixas, auxílio-familiar, obrigações patronais e de exercícios anteriores. No Brasil, os gastos com Pessoal somaram R\$ 207.954.283,00, relativos a despesas com ativos, inativos e pensionistas. Ainda com relação a despesas de custeio no país, foram realizadas despesas de R\$ 7.828.659,00 com transporte de bagagem, R\$ 14.050.000,00 com passagens, R\$ 4.005.876,00 com diárias e R\$ 3.944.136,00 com o pagamento de benefícios (vale transporte, vale refeição e auxílio pré-escolar).

A Divisão de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, dando prosseguimento à execução do PPA 2000/2003 e segundo diretrizes traçadas no Decreto nº 2.794, de 01/10/98, e na Portaria MARE nº 3.454, de 15/12/98, implementou, em colaboração com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), ações de capacitação que envolveram 209 servidores. Foram assim realizados cursos nas áreas prioritárias de gerência pública (33 participantes), adaptação ao processo de informatização (27 participantes) e apoio administrativo nos campos de execução administrativa, financeira e orçamentária (15 participantes). Realizou-se, igualmente, o Curso de Habilitação para o Serviço Exterior (CHSE), que contou com a participação de 116 integrantes do Serviço Exterior Brasileiro. Em parceria com a ESAF – Escola de Administração Fazendária –, foram ministrados cursos de Inglês e Espanhol para 73 servidores. A pedido da SGIE, a DRH organizou um curso de capacitação para 33 Oficiais e Assistentes de Chancelaria recém ingressados nas carreiras. Adicionalmente, foi dada continuidade ao Projeto FORMAR, desenvolvido mediante convênio com o Serviço Social da Indústria do Distrito Federal (SESI-DF), que tem possibilitado escolarizar 100 servidores nos níveis fundamental e médio do ensino oficial, e ao programa desenvolvido em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) para a realização de estágios por 87 universitários de diversas áreas acadêmicas em unidades administrativas do Ministério.

Em 2002, realizou-se, ainda, o primeiro concurso público para o cargo de Assistente de Chancelaria (44 admitidos) e novo concurso público para o cargo de Oficial de Chancelaria (45 admitidos), que não era realizado desde 1994. Os aprovados receberam treinamento específico por meio do Curso de Preparação de Oficiais e Assistentes de Chancelaria, em agenda desenhada com a Fundação Nacional de Administração Pública. A DRH implementou, igualmente, um núcleo de ressociação destinado à superação de disfuncionalidades de servidores no exercício de suas funções públicas. As despesas com ações de capacitação somaram, em 2002, R\$ 541.860,00.

Responsável pelo apoio direto ao Diretor-Geral do Departamento e pelo acompanhamento e desenvolvimento de programas e projetos de longo e médio prazos, relacionado ao pessoal do Serviço Exterior, a Coordenação-Geral de Planejamento de Pessoal procedeu à renovação, até setembro de 2003, dos contratos com as agências Voetur e Interline para a concessão ao Ministério de bilhetes aéreos com origem no Brasil e tem mantido negociações com a empresa Chanteclair Travel Inc, de Nova York, responsável pela aquisição de passagens aéreas com origem no exterior, para a assinatura de um termo aditivo ao contrato de 2001, que o adaptará às atuais condições de mercado. Como resultado de licitação realizada em 2001, a empresa norte-americana Aetna Global Benefits (AGB) foi contratada para prestar, a partir de abril do corrente ano, a cobertura médico-hospitalar propiciada pelo Programa Complementar de Assistência Médico-Hospitalar do Serviço Exterior (PCAMSE).

Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

O Itamaraty, por meio da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, respondeu pelo pagamento de contribuições do Governo brasileiro a 96 Organismos Internacionais e a 26 Missões de Paz da Organização das Nações Unidas. A despesa anual com esses compromissos, executados integralmente em moeda

estrangeira, atinge US\$ 55 milhões. Entretanto, por insuficiência de créditos orçamentários em sucessivos exercícios, os pagamentos vêm sofrendo atrasos e, em janeiro de 2002, o débito chegava a US\$ 115 milhões. A Lei Orçamentária de 2002 prevê apenas R\$ 111 milhões para o programa “Gestão da Participação em Organismos Internacionais”. A fim de compensar em parte os efeitos da desvalorização do Real sobre o programa, foram solicitados créditos suplementares no montante de R\$ 54 milhões. Nessas condições, foram efetuados pagamentos no valor de US\$ 43 milhões, de forma a assegurar o direito de voto em alguns dos principais organismos como Nações Unidas, OEA, UNESCO, bem como a quitar dívidas em atraso com outros 25. O débito transferido para 2003 atinge 121 milhões de dólares.

Assuntos Consulares e Jurídicos

A redução drástica dos recursos, quer por corte orçamentário, quer pela elevada taxa de desvalorização do dólar no presente exercício, acarretou o aprimoramento dos critérios utilizados na gestão dos recursos disponíveis, direcionando-os para a assistência à situações estritamente emergenciais com ênfase nas negociações com os familiares dos desvalidos.

A exemplo de exercícios anteriores a Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior fez o possível para atender o maior número de brasileiros em dificuldades, dando ênfase à difícil negociação com familiares no Brasil, a fim de que esses assumissem o ônus da repatriação e para que a SERE, através de suas Repartições no Exterior, arcasse apenas com a assistência consular local. Tais esforços fizeram com que, mesmo contando com um orçamento equivalente a aproximadamente 64% dos recursos utilizados em 2001, fossem atingidas as metas propostas no início do exercício, de atender a todas as situações emergenciais.

Dotação OST/PF (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física): Os recursos alocados a esta Dotação foram utilizados como pequenos auxílios aos brasileiros desvalidos, assim entendidos: alimentação, pernoite, gastos com pequenos deslocamentos, enfim, toda e qualquer situação de ajuda ao desvalido caracterizada como pequeno auxílio e dada diretamente ao cidadão necessitado. Em 2002 todas as Repartições diplomáticas e consulares brasileiras foram contempladas com uma certa quantia para a prestação de assistência consular nesta rubrica, montante este proporcional à comunidade brasileira residente ou em trânsito por aquela localidade.

Dotação OST/PJ - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, código: 04-021521-039: Recursos utilizados para a prestação de assistência consular - assistência jurídica - a presos brasileiros no Exterior e para ajuda humanitária, que compreende a compra de medicamentos, agasalhos e material de higiene pessoal destinados a presos brasileiros em localidades de precária assistência carcerária, notadamente nos países limítrofes.

A Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, até a presente data recebeu, para o exercício de 2002, o montante de US\$ 207.778,00 (duzentos e sete mil, setecentos e setenta e oito dólares) destinados à prestação de assistência consular aos brasileiros desvalidos no exterior. Os referidos recursos foram destinados à repatriação de brasileiros desvalidos no Exterior e referem-se a gastos com compra de passagens.

A SERE mantém contrato de assistência jurídica permanente a presos brasileiros no Exterior em alguns países fronteiriços, em Washington e em Lisboa, em conformidade com o número de brasileiros residentes.

Instituto Rio Branco

O Instituto Rio Branco realizou, em 2002, Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata e os cursos regulares para funcionários diplomáticos em três etapas da Carreira. Continuou organizando e executando atividades de cunho acadêmico e institucional, ligadas a temas internacionais, dirigidas aos integrantes do Serviço Exterior e ao público externo. As seguintes atividades desenvolvidas são dignas de registro:

1) Programa de Ação Afirmativa: Trata-se de uma parceria entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, da Cultura e da Ciência e Tecnologia, por intermédio, respectivamente do Instituto Rio Branco, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, da Fundação Palmares e do CNPq. O programa consiste na concessão de 20 “bolsas prêmio de vocação para a diplomacia” a candidatos afro-descendentes selecionados em concurso nacional para o qual concorreram, este ano, 403 candidatos. Os referidos candidatos recebem uma bolsa de 1.000 reais por mês durante dez meses, como forma de auxílio para que se preparem para o concurso do Instituto

Rio Branco. O programa de ação afirmativa é adotado com equidade de gênero, havendo, no corrente ano, sido selecionadas 14 mulheres do total de 20 bolsistas.

2) Mestrado em Diplomacia: O Mestrado em Diplomacia, uma aspiração antiga do Instituto Rio Branco, foi reconhecido pela CAPES em fins de junho de 2002. Implicou pequenos ajustes ao PROFA-1, entre os quais a necessidade de que os alunos passem a defender dissertação de final de curso perante uma banca examinadora. Embora, no médio prazo, o referido mestrado possa ter duas vertentes, uma profissional e outra acadêmica, inicia exclusivamente com sua dimensão profissionalizante. O Mestrado foi criado com as seguintes áreas de concentração: 1)Estudos Brasileiros, 2)História Diplomática Brasileira e 3)Relações e Negociações Bilaterais e Multilaterais.

3) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas: Destinado à atualização e aprimoramento dos Segundos Secretários, e pré-requisito indispensável para sua ascensão funcional, teve duas versões em 2002, nos meses de março e setembro. Os 26 Diplomatas inscritos lograram aprovação.

4) Curso de Altos Estudos: Algumas alterações foram introduzidas no Curso de Altos Estudos (CAE). Entre elas, os alunos passam a poder contar com a figura de orientadores no processo de preparação de suas teses, e o prazo entre a apresentação de projetos e a defesa das teses foi estendido de 6 meses para um ano. No ano de 2002, 9 candidatos foram aprovados no curso.

5) Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata: A partir de 2002, a inscrição para o Concurso passou a poder ser feita pela Internet, o que facilitou a inscrição de candidatos não residentes nas capitais onde o concurso é realizado. O Teste de Pré-Seleção (TPS) foi modificado: passou a conter 100 questões (em vez de 50) primordialmente sobre as próprias matérias do concurso, com uma ênfase maior em português (cerca de 30 por cento das questões) e inglês (20 por cento), sendo ainda distribuído pelas áreas de questões internacionais contemporâneas, geografia, história, economia, direito, cultura brasileira e cultura universal. Foi introduzida uma avaliação de expressão verbal em português por ocasião da prova oral de questões internacionais contemporâneas. Foram 3113 os candidatos inscritos e 27 o número final de aprovados.

6) Programa de Bolsistas estrangeiros :Continua em andamento o programa de recebimento de estudantes estrangeiros no PROFA-I. No primeiro semestre de 2002 concluíram o período letivo no IRBr alunos de Angola, Armênia, Belize, Bolívia e Suriname. Iniciaram o PROFA-I no segundo semestre de 2002 alunos dos seguintes países: Guiana, Guiné-Bissau e Haiti. Às expensas dos respectivos governos, também estão matriculados no Primeiro Ano um representante da França e outro do Reino Unido.

7) Fórum Rio Branco: A criação do Fórum Rio Branco, em parceria com a Assessoria de Comunicação Social e o IPRI, respondeu ao desejo de estreitar os laços entre o Itamaraty e vários setores da sociedade civil, em especial com as universidades, as associações de classe e as organizações não governamentais. Entre outros eventos, foram realizados, no âmbito desse Fórum, os seguintes encontros: Pensando o Novo Século: o Brasil e as Negociações Comerciais Multilaterais, realizado no dia 11 de outubro de 2001, com a participação, entre outros expositores, dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; e O Brasil e os Desafios da Inclusão Social, em 25 de março de 2002, com a participação do Ministro de Estado das Relações Exteriores e da Secretária de Estado de Assistência Social, entre outros.

8) Treinamento Profissional: No âmbito do segundo ano do Mestrado em Diplomacia, tem-se procurado sistematizar o oferecimento de cursos de curta duração de conteúdo profissionalizante, abertos à Casa. O Curso de Negociações Comerciais, que tem sido oferecido uma vez por semestre, foi aberto também a representantes de outros ministérios, da Confederação Nacional da Indústria e da imprensa especializada. O Seminário de Treinamento em Negociações Comerciais realizado de 4 a 12 de abril de 2002 contemplou simulação de solução de controvérsias, que teve lugar de 9 a 12 de abril.

9) Envolvimento de intelectuais destacados através do curso de “Workshops com Pensadores Contemporâneos”: Cada um dos pensadores ministra oito horas de aula, sob a forma de palestras, workshops e discussões com os alunos. São os seguintes os atuais professores do curso: Maria Regina Soares de Lima, Roberto Cardoso de Oliveira, Sérgio Paulo Rouanet, Silviano Santiago, Gilberto Dupas, Renato Janine Ribeiro, Gabriel Cohn, Bóris Fausto e Edmar Bacha.

10) Relações com outras academias diplomáticas: Entre as academias diplomáticas com as quais o Instituto Rio Branco realizou eventos conjuntos durante o último ano, merecem destaque o Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN) da Argentina, o Instituto Matias Romero do México, o Instituto Artigas, do Uruguai e

o Instituto Superior de Relaciones Internacionales Raul Roa de Cuba. A cooperação com o ISEN é intensa. Implica o envio de um aluno do Rio Branco àquele Instituto e a acolhida pelo Rio Branco de um aluno do ISEN. Além disso, realizou-se, promovido pelo Instituto Rio Branco, de 5 a 7 de dezembro de 2001, a Semana do Brasil no ISEN, que foi aberta pela Vice-Chanceler Susana Ruiz Cerrutti e contou com a participação do Professor e filósofo Renato Janine Ribeiro, do jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva e do economista Fabio Giambiagi, além do Diretor do IRBr. De 19 a 21 de novembro, realizou-se a Semana da Argentina no Instituto Rio Branco. Aberta pelo Secretário-Geral, contou com a presença do Dr. Aldo Ferrer, da Ministra Maria Cristina Boldorini, do Dr. Enrique Zuleta Puceiro, do Embaixador José Sanchis Muñoz, além do Embaixador da Argentina no Brasil, Juan José Uranga.

11) Conferências e palestras: O programa de conferencistas do IRBr incluiu neste ano, entre outros: o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; o Vice-Presidente da República, Marco Maciel; o Professor Celso Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores; a Dra Ruth Cardoso, Presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária e Primeira Dama do Brasil; o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi.; o Chanceler da Tunísia, Ministro Habib Ben Yahia; o então administrador de Timor Leste, Dr. Sérgio Vieira de Melo; o ex-Chanceler Francisco Rezek, Juiz da Corte Internacional de Justiça; o Professor René Levy, Diretor do Centro de Pesquisa Sociológica sobre o Direito e as Instituições Penais; o Reitor da Fletcher School of Law and Diplomacy, Embaixador Stephen W. Bosworth; o Chanceler da Guiana, Embaixador Samuel Insanally; e o Chanceler da Guatemala, Embaixador Gabriel Orellana Rojas

Por ocasião da visita de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Uruguai, foi firmado, no dia 21 de agosto, acordo entre o IRBr e o Instituto Artigas, havendo, no contexto desse acordo, o IRBr organizado um primeiro evento naquela academia diplomática, a saber, conferência proferida pelo Professor Hélio Jaguaribe. Foi firmado Termo de Cooperação entre o IRBr e a Academia Diplomática da Ucrânia em 20 de novembro. Prevê-se a assinatura de Acordo entre o Brasil e a Argentina sobre cooperação entre o IRBr e o ISEN, em 02 de dezembro. O IRBr firmou também um convênio com a Chatham House de Londres e a CAPES, no contexto do programa MERCOSUL daquela instituição britânica. Através deste convênio, foi enviado este ano o Professor José Augusto Guilhon de Albuquerque para assumir os trabalhos da Cátedra Rio Branco na Chatham House.

Um aluno do Instituto Rio Branco com projeto de tese na área de Direitos Humanos fará estágio de seis meses no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Genebra, no contexto de Memorandum de Entendimento entre o Rio Branco e aquele órgão. Estreitaram-se, além disso, os contatos com o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, que abrigará um aluno do IRBr por seis meses a partir de setembro de 2003, no contexto de convênio específico e de projeto de pesquisa, o Wilton Park, instituição com a qual se discute a assinatura de convênio e a preparação de uma conferência conjunta, a Kennedy School of Government da Universidade de Harvard e a Fletcher School of Law and Diplomacy da Tufts University. Nas seguintes universidades, existem cátedras Rio Branco: a Universidade do Texas, a Universidade da Califórnia em Berkeley, a Universidade de Chicago, a Universidade de Columbia, a Universidade do Chile, a Pontifícia Universidade Católica do Chile e a Ludwig Maximilian Universität de Munique. Em algumas delas (mais recentemente em Berkeley), professores do Rio Branco têm realizado cursos compactos de cultura brasileira.

FUNAG

No âmbito de seus objetivos estatutários, a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), juntamente com seus órgãos específicos, o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) e o Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) realizaram, em 2002, atividades voltadas primordialmente para a reflexão sobre temas, históricos e da atualidade, de interesse para a política exterior brasileira, buscando contribuir para melhor compreensão pela sociedade de algumas das principais questões internacionais contemporâneas ou da história diplomática do Brasil. Por se celebrar, em 2002, o centenário da posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores, o tema prioritário no ano foi a gestão de Rio Branco à frente do Itamaraty. Os objetivos acima referidos foram alcançados por meio da realização de seminários e exposições, da encomenda de estudos e pesquisas, edição e co-edição de livros, distribuição de periódicos e manutenção e atualização das *home pages* da FUNAG e de seus órgãos específicos.

Assim, no período em consideração, a FUNAG, sozinha ou em parceria com outras entidades nacionais e estrangeiras, promoveu a realização de 6 (seis) seminários, quatro deles internacionais, e apoiou a realização de mais 10 (dez); apresentou em cinco capitais estaduais brasileiras a exposição “O Barão e a Caricatura”: Rio de Janeiro (3 de maio a 30 de junho), Curitiba (9 a 31 de julho), Porto Alegre (27 de setembro a 27 de outubro), São Paulo (11 a 19 de novembro) e Belo Horizonte (dezembro); realizou, em coordenação com a Divisão da Organização dos Estados Americanos – DEA do MRE, concurso de monografias sobre o tema “

Promoção e Defesa da Democracia no Continente Americano”; prestou apoio financeiro ao evento XI Harvard World Model United Nations – World Mun, realizado pela PUC-Minas; prestou apoio financeiro ao evento Americas Model United Nations, realizado pelo Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília; financiou pesquisa sobre a gestão do Ministro Horacio Lafer, durante o Governo de Juscelino Kubitschek, pesquisa nos Arquivos de Goa de documentos de interesse para a história do Brasil e pesquisa sobre a presença luso-brasileira na Guiana Francesa, no começo do século XIX; contribuiu financeiramente para a elaboração do Relatório Brasileiro para a Cúpula Mundial sobre Alimentação: cinco anos depois (CMA+ 5), realizou pesquisa e transcrição de artigos de imprensa do Barão do Rio Branco, publicados sob pseudônimo ou anonimamente; e apoiou pesquisas no Arquivo Histórico do Itamaraty sobre a correspondência oficial do Embaixador Luis Martins de Souza Dantas (Paris-Vichy) entre 1939 a 1942 e sobre os documentos diplomáticos e consulares relativos a marinheiros e escravos fugidos, entre 1790 e 1870; editou 9 (nove) livros; co-editou 16 (dezesesseis) títulos e preparou para publicação outros 2 (dois) títulos próprios e o primeiro número da revista “Cadernos do CHDD”, que estão em fase final de editoração. Distribuiu, ainda, aos chefes da Casa, postos no exterior, escritórios de representação do MRE, bibliotecas de Universidades, biblioteca e Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara de Deputados, assessorias internacionais dos Ministérios e assessorias internacionais dos Estados da Federação, regularmente, quatro publicações especializadas (Revista de Política Externa, Carta Internacional, Revista Brasileira de Política Internacional e Boletim Network) que contam com apoio financeiro da FUNAG e, também, no âmbito do Itamaraty, inclusive postos no exterior.

Além disso, a FUNAG assina e retransmite diariamente, por meio eletrônico, disponibilizando na Intratec, a Resenha Walder de Góes. A FUNAG participou da XXVIII Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, de 15 de abril a 6 de maio, na qual apresentou mostruário de suas publicações em Espanhol; participou também do XVI Salão do Livro, da Imprensa e de Multimídia de Genebra, de 1 a 5 de maio e montou “stand” para venda de livros no Centro de Convenções de Goiânia, durante a realização do “Fórum Internacional de Políticas Comparadas: Diplomacia, Comércio Exterior e Direito”. Em 2002, foi concluída, por intermédio do IPRI, a tarefa, iniciada em 2001, de organização, de nova montagem e atualização de uma *mailing list* que abranja todo o público-alvo dos trabalhos da FUNAG e do IPRI, qual seja: formadores de opinião, meios de imprensa, diferentes setores governamentais e todo o meio acadêmico.

Por seu lado, o CHDD continuou a apoiar prioritariamente atividades tendentes a preservar a memória das relações internacionais do Brasil e da diplomacia brasileira, especialmente no que diz respeito à conservação do prédio da Biblioteca do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, e dos acervos documentais nele depositados, bem como à catalogação do acervo da Biblioteca.

Para a execução de suas metas, a Fundação, por meio de convênios, doações, termos de cooperação, contratos e outros instrumentos, continuou buscando a cooperação de instituições públicas e privadas brasileiras e de organismos internacionais. Para obtenção de recursos destinados a financiar os eventos relacionados ao centenário da posse do Barão do Rio Branco, recorreu aos benefícios da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Graças a esse esforço de levantamento de recursos extra-orçamentários e à utilização racional dos recursos orçamentários, foi possível realizar quase todos os eventos incluídos no programa de trabalho aprovado no começo do ano pelo Conselho de Administração Superior da Fundação. Em contrapartida, foram realizados ou patrocinados vários eventos relacionados ao centenário da posse do Barão do Rio Branco que não estavam originalmente previstos.

Controle Interno – Ciset

Com base na Lei nº 10.180, de seis de fevereiro de 2001, e no Decreto 3591, de 6 de setembro de 2001, a Secretaria de Controle Interno - Ciset, como órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, acompanhou a ação governamental e a gestão dos administradores públicos federais, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e da unidade que lhe é vinculada, a Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG. Verificou, nos termos da referida legislação, o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União. Apoiou ainda o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O Itamaraty dispôs de orçamento de R\$ 1.484.786.794,58 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil, setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos), dos quais 80,5% destinaram-se a despesas no exterior. Do montante total, 42,88% foram destinados a pessoal e encargos sociais; 56,01% a outras despesas correntes (inclusive com manutenção e operação das repartições no País e da rede de Postos); e 1,16% a despesas de capital.

A Secretaria realizou auditorias nas unidades da Secretaria de Estado de forma não apenas a verificar a observância dos preceitos legais, como também a orientar os gestores quanto à administração dos recursos sob sua guarda, antecipar correções e atuar de forma preventiva. A partir dessas auditorias, verificou-se que o Ministério cumpriu correta e regularmente os objetivos que lhe foram fixados, dentro dos limites orçamentários, ressalvada a variação cambial. O órgão é onerado em outras despesas correntes (ODC) pelo pesado encargo com contribuições a organismos internacionais e com despesas de pessoal contratado no exterior.

O controle interno efetuou a Tomada de Contas Anual referente ao exercício de 2001 na Unidade Gestora Executora (Escritório Financeiro em Nova York), bem como auditoria de acompanhamento relativa à Tomada de Contas Anual do exercício de 2002.

Ademais, deu sequência ao Programa de Auditoria nas repartições no exterior, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União, com a realização de missões de auditoria e orientação em oito postos. Tal atividade permitiu ao controle interno, a um só tempo, exercer sua função fiscalizadora, avaliando *in loco* a qualidade da gestão, bem como orientar os Postos sobre a aplicação dos regulamentos e verificar as condições de sua operação.

O controle interno deu continuidade ao processo de fiscalização a distância, que redundou na troca, entre a Secretaria de Estado e os postos no exterior, de 80.373 despachos telegráficos e 95.475 telegramas e 2426 circulares. Desse total, 17.968 referem-se a telegramas e despachos-telegráficos trocados entre a Secretaria de Estado e o Escritório Financeiro em Nova York.

A Ciset tomou, ainda, as seguintes iniciativas: (a) manutenção de programa destinado a elevar o nível e a qualidade de informações atinentes à gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Itamaraty; (b) atualização da página da Ciset na *Internet*, no *site* do Itamaraty, com a inclusão de legislação pertinente, de modo a torná-la mais acessível aos Postos; (c) implantação de sistema de consultas por correio eletrônico; (d) organização de reuniões com os executores de despesa das Unidades Gestoras Coordenadoras, com a participação de representantes de setores acadêmicos e de autoridades federais na área de controle, como o Tribunal de Contas da União; (e) apoio ao trabalho da Administração na reformulação, já concluída, do Guia de Administração dos Postos, com orientações principalmente sobre aspectos relativos ao controle interno e sobre a inclusão de sugestões específicas do TCU; (f) acompanhamento dos processos de interesse para o Ministério junto ao TCU; (g) apoio às viagens oficiais ao exterior dos membros do Tribunal de Contas da União, sobretudo nas auditorias em representações do Itamaraty, que cobriram, em 2001, as Embaixadas em Jacarta, Seul, Pretória, Camberra e Wellington, além do Consulado na Cidade do Cabo e no Consulado-Geral em Sydney; (h) realização do Plano de Inspeção Ordinária e de orientação aos postos, em cumprimento aos incisos II e III do artigo 5º do Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997; (i) realização de Auditoria de Tomada de Contas Especial em Guiné-Bissau.